

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, CONTÁBEIS E COMÉRCIO
INTERNACIONAL
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

KAREN PRIGOL

ANÁLISE DE CUSTOS E RENTABILIDADE NA ATIVIDADE RURAL: UM
COMPARATIVO ENTRE UMA CULTURA TEMPORÁRIA E UMA CULTURA
PERMANENTE

CAXIAS DO SUL

2013

KAREN PRIGOL

**ANÁLISE DE CUSTOS E RENTABILIDADE NA ATIVIDADE RURAL: UM
COMPARATIVO ENTRE UMA CULTURA TEMPORÁRIA E UMA CULTURA
PERMANENTE**

Monografia apresentada como requisito
para a obtenção do Grau de Bacharel em
Ciências Contábeis da Universidade de
Caxias do Sul

Orientador: Prof. Ms. Elias Milton Denicol

CAXIAS DO SUL

2013

KAREN PRIGOL

**ANÁLISE DE CUSTOS E RENTABILIDADE NA ATIVIDADE RURAL: UM
COMPARATIVO ENTRE UMA CULTURA TEMPORÁRIA E UMA CULTURA
PERMANENTE**

Monografia apresentada como requisito
para a obtenção do Grau de Bacharel em
Ciências Contábeis da Universidade de
Caxias do Sul

Orientador: Prof. Ms. Elias Milton Denicol

Aprovado (a) em ____/____/____

Banca Examinadora:

Presidente

Prof. Ms.Elias Milton Denicol
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Examinadores:

Prof.
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Prof.
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Dedico este trabalho a todos que estiveram ao meu lado durante o desenvolvimento deste trabalho, em especial aos meus pais que sempre me incentivaram pela busca de conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que de alguma forma, colaboraram para que este trabalho fosse realizado. Em especial aos familiares que participaram e ajudaram no estudo de caso, sendo pacientes e solícitos a todos meus questionamentos. Ao Prof. Ms. Elias Milton Denicol pela sua paciência, compreensão, convívio e colaboração como orientador. Aos demais professores do curso, pelos ensinamentos da vida acadêmica. Aos amigos pelo apoio e compreensão pelas minhas ausências. Agradeço também meu namorado Ismael pelo incentivo, atenção, carinho e paciência durante todo o desenvolvimento deste trabalho. Aos pais, pela oportunidade. À Deus, pela vida. Ao destino por colocar essas pessoas no meu caminho.

“O entusiasmo é a maior força da alma. Conserva-o e nunca te faltará poder para conseguires o que desejas .”

Napoleão Bonaparte

RESUMO

Esta monografia enfoca o custo e rentabilidade na atividade rural. Foi realizado um comparativo entre o cultivo de cenoura com a produção de uva, sendo a cenoura uma cultura temporária e a uva uma cultura permanente. Podem ser realizadas duas safras de cenoura ao ano, mas é importante que ocorra a rotação de cultura para manter a boa produtividade ao longo dos anos dentro da área reservada para o desenvolvimento dessa atividade. Em contra partida, a uva apresenta apenas uma safra ao ano, mas o parreiral possui a vida útil estimada de vinte anos. Foi realizado um estudo de caso em uma propriedade rural localizada na Serra Gaúcha. Por meio de entrevistas com os agricultores do local, foi possível fazer o levantamento dos custos, despesas, investimentos, produtividade e receita de ambos produtos. Através dos dados obtidos, foi elaborado os balanços patrimoniais e calculado a margem de contribuição da cenoura e da uva. Pela análise dos balanços e dos resultados, foi possível identificar a rentabilidade e retorno do investimento de cada cultura. Conclui-se que a cenoura foi o produto mais rentável dentro do período analisado, apesar da margem de contribuição do quilo da uva ser maior do que o da cenoura.

Palavras-chave: Contabilidade rural. Cultura permanente e cultura temporária. Custeio variável. Margem de contribuição. Análise. Rentabilidade. Retorno do investimento.

LISTAS DE QUADROS

Quadro 2 - Balanço Patrimonial	32
Quadro 3 - Estrutura da Demonstração do Resultado	33
Quadro 4 - Margem de contribuição e Lucro da Cenoura Anual	49
Quadro 5 - Margem de contribuição e Lucro da Cenoura	50
Quadro 6 - Margem de contribuição e Lucro da Uva.....	50
Quadro 7 - Índices da Cenoura	52
Quadro 8 - Índices da Uva	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Bens e Implementos para Cultura de Cenoura	38
Tabela 2 – Vida Útil e Residual dos Bens e Implementos da Cultura de Cenoura....	39
Tabela 3 – Depreciação dos Bens e Implementos da Cultura de Cenoura.....	39
Tabela 4 – Custos Variáveis das Safras 2010 e 2011 da Cenoura	40
Tabela 5 – Custos Variáveis das Safras 2012 e 2013 da Cenoura	41
Tabela 6 – Custos Fixos da Cultura de Cenoura.....	41
Tabela 7 – Despes da Cultura de Cenoura	42
Tabela 8 – Produtividade de 1ha de Cenoura	43
Tabela 9 – Receitas da Cultura de Cenoura	43
Tabela 10 – Investimentos para Cultura de Uva	44
Tabela 11 – Outros Investimentos para Cultura de Uva.....	44
Tabela 13 – Material de Irrigação Para Cultura de Uva	45
Tabela 14 – Depreciação do Imobilizado da Cultura da Uva	46
Tabela 15 – Custos Variáveis da Cultura da Uva.....	48
Tabela 16 – Custos Fixos da Cultura da Uva.....	48
Tabela 17 – Despesas da Cultura da Uva.....	48
Tabela 18 – Produção e Receita da Cultura da Uva	49

LISTA DE SIGLAS

BP -	Balanço Patrimonial
CPC –	Comitê de Pronunciamento Contábeis
DMPL –	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DRE –	Demonstração do Resultado do Exercício
EMBRAPA –	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IAS –	<i>International Accounting Standard</i>
IASB –	<i>International Accounting Standards Board</i>
LSA –	Lei das Sociedades por Ações
ROE –	<i>Return On Equity</i>
ROI –	<i>Return On Investment</i>
SEBRAE –	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEPLAG –	Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã
TRI –	Taxa de Retorno sobre o Investimento
TRPL –	Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO	12
1.2	TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA	13
1.3	HIPÓTESES OU PROPOSIÇÕES	14
1.4	OBJETIVOS	14
1.4.1	Objetivo geral	14
1.4.2	Objetivos específicos	15
1.5	METODOLOGIA.....	15
1.6	ESTRUTURA DO ESTUDO	16
2	CONTABILIDADE	18
2.1	CONTABILIDADE DE CUSTOS.....	19
2.1.1	Conceitos Básicos	20
2.1.1.1	Depreciação	21
2.1.1.2	Custos Diretos	22
2.1.1.3	Custos Indiretos.....	22
2.1.1.4	Custos Fixos.....	22
2.1.1.5	Custos Variáveis.....	23
2.1.2	Custeio Variável	23
2.2	CONTABILIDADE RURAL.....	24
2.3	CULTURA TEMPORÁRIA.....	25
2.4	CULTURA PERMANENTE.....	26
2.5	CENOURA.....	27
2.6	UVA.....	28
3	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	31
3.1	BALANÇO PATRIMONIAL	31
3.2	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO.....	32
4	ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	34
4.1	INDICADORES DE RENTABILIDADE	34
4.1.1	Giro do Ativo	34

4.1.2	Margem Líquida.....	35
4.1.3	Retorno sobre o Investimento	35
4.1.4	Retorno sobre o Patrimônio Líquido	35
4.2	INDICADORES DE LIQUIDEZ	36
4.2.1	Liquidez Corrente.....	36
4.2.2	Liquidez Imediata	36
4.2.3	Liquidez Geral	36
4.3	ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL	36
5	ESTUDO DE CASO	38
5.1	CULTURA DE CENOURA.....	38
5.2	CULTURA DE UVA	43
5.3	MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	49
5.4	ANÁLISE DOS RESULTADOS	51
6	CONCLUSÃO	56
	REFERÊNCIAS.....	58
	APÊNDICE A - BALANÇOS PATRIMONIAIS CENOURA.....	62
	APÊNDICE B - BALANÇOS PATRIMONIAIS UVA	64

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

Conhecer quais produtos e/ou serviços que mais contribuem para o lucro da empresa ou geram uma margem abaixo da média é importante para um melhor gerenciamento do negócio. Muitas vezes, uma análise pouco aprofundada nos resultados pode esconder a falta de rentabilidade de alguns produtos. Assim, não é diferente para o produtor rural, que possuindo domínio de seus investimentos, custos e despesas e conseqüentemente da margem de contribuição de seus produtos, consegue gerir melhor o seu empreendimento.

Não é raro ouvir que em algumas situações os agricultores após a colheita de um safra não conseguiram recuperar o dinheiro investido naquela produção. Em alguns casos, isso acontece por questões climáticas, como perda de boa parte do plantio por causa de chuvas fortes, geadas, calor fora de época; mas em outros casos pode ser a variação de preços no mercado, má administração e até mesmo falta de conhecimento do negócio.

Além desses fatores, o agricultor sofre do elevado custo de produção. Segundo Crepaldi (2006), o produtor precisa de fortes doses de adubação, sementes selecionadas e outros insumos agrícolas para ter seus produtos aceitos pelo mercado, como também o uso de mecanização na lavoura que necessita o desembolso de grandes valores para sua compra, conservação e utilização.

É importante que os produtores agrícolas, assim como qualquer outro profissional, utilizem a Contabilidade para auxiliar no gerenciamento do seu negócio e não apenas para fins fiscais. Apesar da Contabilidade Rural ser um assunto pouco debatido, tanto pelo lado acadêmico, como pelo profissional, as necessidades do mercado apontam mudanças para os próximos anos. Conforme Souza et al. (2012), o agronegócio é um campo promissor para as pesquisas científicas, pois existe um crescimento acelerado de demanda do mercado, tanto que em 2012 o agronegócio esteve presente em diversas discussões da Conferência Rio+20.

Em 2009 foi publicado pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) o pronunciamento técnico 29, correlacionado ao *International Accounting Standard 41 - Agriculture* (IAS 41). De acordo com Rech e Cunha (2011) essa foi a primeira

norma, editada pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), a tratar da contabilização de um setor específico da economia. Rodrigues et al. (2012, p.188) explicam que "o objetivo do CPC 29 é estabelecer o tratamento contábil e as respectivas divulgações, relacionados aos ativos biológicos e aos produtos agrícolas."

Estima-se o crescimento e desenvolvimento da agricultura no Brasil para os próximos anos. Segundo Widonsck et al (2009), o país apresenta clima privilegiado, biodiversidade, solo fértil e outras condições que o tornam um dos poucos países com capacidade de suprir o aumento da demanda mundial por alimentos. A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) acredita que haverá a necessidade de dobrar a quantidade de alimentos a cada 50 anos, se for considerado o atual ritmo de crescimento.

1.2 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

Os primeiros registros de Contabilidade na história talvez iniciaram-se na tentativa de homem primitivo em controlar seus rebanhos. Lopes de Sá (1997) exemplifica isso através de um exemplo encontrado na Bíblia, onde cita-se que Jó possuía um gado com sete mil ovelhas, e três mil camelos, e quinhentas juntas de bois e quinhentas jumentas.

Um dos principais objetivos da Contabilidade é fornecer informações aos usuários, tendo como principal objeto de estudo o patrimônio. De forma simples, Marion (2010) explica que a Contabilidade, quando estudada de forma geral é denominada Contabilidade Geral e ao aplicá-la em um ramo específico, estará designada de acordo com atividade. Desde modo, a Contabilidade Rural não é uma nova Contabilidade, apenas conterá informações próprias do setor agrícola, que tem suas particularidades.

De acordo com Martins (2008), a Contabilidade de Custos tem por finalidade básica de avaliação de estoque, mas colabora com a Contabilidade Gerencial através do auxílio ao controle e ajuda nas tomadas de decisões. Por isso, muitas empresas possuem dois tipos de controle de estoque, um que atenda ao fisco e outro que forneça informações voltadas para fins gerenciais. A Contabilidade de

Custos, dentro da Contabilidade Rural, é uma importante ferramenta para os produtores rurais.

Utilizando de um bom controle de custos e planejamento, o agricultor consegue, muitas vezes, verificar quais são as produções mais rentáveis, buscando alternativas para aquelas que não estão produzindo o suficiente para gerar uma boa margem de contribuição, bem como aplicar métodos que ajudem na maximização do seu lucro. De acordo com Antunes e Engel (1999), o agricultor não deve buscar a máxima produção a qualquer custo, mas sim buscar a máxima relação custo e benefício nas atividades desenvolvidas.

Diante do exposto, o autor propõe a seguinte questão de pesquisa: do ponto de vista econômico-financeiro, entre o cultivo da cenoura e da uva, qual é o investimento mais vantajoso em termos de rentabilidade?

Para responder a pergunta, será realizado através do estudo de caso, uma análise de uma cultura temporária e outra permanente em uma propriedade rural localizada na serra gaúcha. Tendo em vista que as culturas estudadas possuem diferentes características entre si, tornando difícil uma comparação entre ambas em apenas um exercício social, para uma melhor comparação entre elas será feito a análise dentro de um período de tempo maior.

1.3 HIPÓTESES OU PROPOSIÇÕES

O autor acredita que em curto prazo a cultura de cenoura é mais lucrativa, pois o retorno do investimento normalmente ocorre no mesmo ano do plantio por ser uma cultura temporária. Entretanto, o autor espera que em longo prazo o cultivo de uva seja mais rentável, apesar do retorno do investimento ser mais demorado.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo geral

Verificar e comparar o retorno (rentabilidade) econômico-financeiro do cultivo de cenoura e uva em uma propriedade da Serra Gaúcha.

1.4.2 Objetivos específicos

- Fazer o levantamento bibliográfico relacionado ao tema.
- Verificar as principais características de cada cultura apresentada no trabalho.
- Aplicar o custeio variável para identificar a margem de contribuição dos produtos.
- Identificar e comparar os retornos de investimento de cada plantação.
- Avaliar os resultados obtidos.

1.5 METODOLOGIA

Quanto aos procedimentos técnicos, será realizado um estudo de caso, Cervo, Bervian e Silva (2007) conceituam como uma pesquisa sobre determinado grupo, individuo ou comunidade para examinar aspectos sobre sua vida.

Para Yin (2005), o estudo de caso é uma investigação empírica que estuda um fenômeno contemporâneo no contexto da vida real, normalmente quando os limites entre ele e o contexto não estão claramente definidos.

A literatura metodológica diz que, quando são investigados um ou mais casos, cada situação isolada é geralmente denominada caso, e o procedimento da apreciação, sem levar em consideração o número de casos, é denominado método do caso. (FACHIN, 2003 p. 43).

Um dos problemas do estudo de caso, de acordo com Mascarenhas (2012), é o fato da amostra estudada ser pequena, não pode-se generalizar os resultados encontrados, ou seja, o estudo de caso faz você compreender bem o contexto que foi analisado, mas isso não serve para padronizar as respostas encontradas. O que foi encontrado na empresa A, pode ser diferente na empresa B. Para conseguir uma resposta padrão que possa representar toda população é necessário utilizar uma quantia maior de amostras.

Quanto à forma de abordagem do problema a pesquisa é qualitativa. Ela pode ser caracterizada, de acordo com Richardson (1999, p.90), como "a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas

pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos."

Chizzotti (1998) explica que ela difere dos estudos experimentais pois utiliza de métodos e técnicas diferentes, além do modo em que valida os conhecimentos. Parte-se do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito. O conhecimento não é apenas um rol de dados conectados por uma teoria explicativa, o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento, interpreta os fenômenos atribuindo um significado.

A pesquisa qualitativa abriga correntes de pesquisa diferentes, em geral, os cientistas que partilham desse tipo de abordagem se opõem ao pressuposto do modelo único de pesquisa para todas as ciências, através do modelo de estudo das ciências da natureza. Assim, muitos investigadores das ciências exatas e da natureza não aceitam a pesquisa qualitativa, apresentando certo receio e falta de confiança e credibilidade nesta pesquisa. (CHIZZOTTI,1998; RICHARDSON, 1999).

Já em relação aos objetivos, trata-se de pesquisa descritiva. Andrade e Martins (2003, p.124) explicam que "nesse tipo de pesquisa os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles."

Para Cervo, Bervian e Silva (2007) a pesquisa descritiva trabalha sobre dados ou fatos colhidos da própria realidade. Assim a coleta de dados é uma das principais tarefas desta pesquisa.

Através dos conceitos e explicações encontradas nos autores citados, entende-se que as metodologias escolhidas são as mais adequadas para o tipo de estudo proposto.

1.6 ESTRUTURA DO ESTUDO

O primeiro capítulo apresenta uma contextualização do tema, bem como os objetivos, a questão de pesquisa e a metodologia usada para elaboração do trabalho.

No segundo capítulo apresenta-se diversos aspectos teóricos para esclarecer o tema apresentado e eventuais conceitos relacionados com o assunto através do referencial teórico.

No terceiro e quarto capítulo são abordados assuntos técnicos, cujo objetivo principal é identificar os principais meios para análise de resultados e as demonstrações necessárias para facilitar a elaboração de cálculos e comparação dos produtos.

No quinto capítulo é exposto a propriedade rural do estudo de caso e analisado o desempenho da propriedade na produção de cenoura e de uva. Ambas culturas são comparadas através das demonstrações contábeis e pelos resultados obtidos nas atividades, de acordo com os dados coletados na própria propriedade.

Ao final, no sexto capítulo, a questão de pesquisa é respondida, mostrando qual das duas produções apresentou melhores retornos para os proprietários e as principais causas dessa ocorrência.

2 CONTABILIDADE

A Contabilidade é uma ciência social que trabalha com valores. Valor é um conceito da ciência econômica, que é uma ciência social. (MARTINS, 1994). A Contabilidade numa primeira impressão pode parecer uma ciência exata, mas não é. Um dos primeiros conteúdos visto pelo ingressante do Curso de Ciências Contábeis esclarece essa errada percepção. O aluno principiante tende a acreditar que é uma ciência exata pelo fato dela utilizar cálculos matemáticos para conseguir mensurar o Patrimônio e poder analisá-lo.

Lopes de Sá (2010) explica que a Contabilidade estuda os fenômenos patrimoniais e visa analisar os acontecimentos ocorridos no Patrimônio, a fim de gerar demonstrações, registrar as mudanças, apurar resultados, ou seja, compromete-se com a informação. O objetivo da Contabilidade é conhecer o Patrimônio, entender seu comportamento, bem como verificar suas principais alterações e as relações existentes entre os fenômenos patrimoniais; a informação é consequência desses fatores.

Padoveze (2009, p.3) define a Contabilidade como "o sistema de informação que controla o patrimônio de uma entidade." O controle é feito através de coleta, armazenamento e processamento das informações oriundas dos fatos que o alteram. Assim, o objetivo da Contabilidade é o controle de um Patrimônio.

Os fins da Contabilidade de acordo com Greco, Arend e Gartner (2011, p.2) são "assegurar o controle do patrimônio e fornecer as informações sobre a composição e variações patrimoniais, bem como o resultado das atividades econômicas desenvolvidas". De forma simples, Ribeiro (2010, p.10) conceitua a Contabilidade como "uma ciência que possibilita, por meio de suas técnicas o controle permanente do Patrimônio das empresas." Os usuários da contabilidade serão aqueles que de forma direta ou indireta utilizem das informações geradas por ela.

Os primeiros usuários são os proprietários da empresas, aqueles que detém a posse do Capital Social. Depois, o grande usuário do sistema de informação contábil é o governo. Outros exemplos de usuários são os bancos, fornecedores, clientes, empregados, etc. (PADOVEZE, 2009).

E qual o principal motivo dos usuários utilizarem a Contabilidade? De acordo com Marion (2008, p.26), ela é "o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa." Ribeiro (2010) explica que ao gerar informações sobre o Patrimônio de ordem econômica e financeira, elas facilitam a tomada de decisões, tanto de administradores, como de proprietários e futuros investidores.

Marion (2008) explica que quando a Contabilidade é estudada de modo geral, pode ser aplicada de certa forma em todas as empresas, mas quando for aplicada em determinado ramo terá denominação específica. Assim, quando a Contabilidade for aplicada em empresas industriais, denominar-se-á Contabilidade Industrial; em empresas públicas, Contabilidade Pública; em bancos, Contabilidade Bancária; em hospitais, Contabilidade Hospitalar, etc.

2.1 CONTABILIDADE DE CUSTOS

A Contabilidade de Custos, conforme Padoveze (2003, p.5) "é o segmento da ciência contábil especializado na gestão econômica do custo e dos preços de venda dos produtos e serviços oferecidos pelas empresa."

Leone (2000) explica que para atender as diversas necessidade gerenciais, a Contabilidade de Custos fornece aos usuários informações que auxiliam no planejamento, controle, administração e determinação de rentabilidade e desempenho das atividades operacionais, bem como na tomada de decisões.

O nascimento da Contabilidade de Custos está associado com o advento do capitalismo industrial, onde a necessidade de controle fez com que a apuração de custos fosse essencial para o gerenciamento do negócio. (SANTOS, 2000; PADOVEZE, 2003)

A partir do século XVIII, junto com a Revolução Industrial, pode-se dizer que surgiu a necessidade de um ramo específico da ciência contábil para focar na questão dos custos. Com o surgimento das primeiras fábricas e o aumento do mercado consumidor, as empresas precisaram melhorar seus processos produtivos e o aumento do capital exigiu o controle e gerenciamento das atividades financeiras e administrativas. (PADOVEZE, 2003; OLIVEIRA; PEREZ JR., 2000).

Santos (2000, p.22) afirma que "qualquer atividade que manipule valores está sujeita ao controle de custos. O pequeno agricultor, bem como o microempresário e a grande empresa necessitam de controle de custos."

Crepaldi (2009) ressalta que na Contabilidade da atividade rural para a apropriação de custos é necessário desenvolver dois métodos, um para as culturas temporárias e outros para as culturas permanentes. Isso acontece porque contabilmente essas duas culturas tem características diferentes. Por isso, para facilitar o estudo e a compreensão do mesmo, será elaborado balanços, tabelas e análises de resultados, separando ambos os produtos.

2.1.1 Conceitos Básicos

Importante definir a diferença entre custo e despesa, pois apesar de parecer indicar o mesmo conceito, dentro da Contabilidade de Custos elas detêm significados distintos. Padoveze (2003, p.13) esclarece:

Essas duas terminologias são as mais utilizadas de forma indistinta, mas podem, contabilmente, ser entendidas diferentemente. A despesa é um gasto ocorrido em um determinado período e que é lançado contabilmente nesse mesmo período, para fins de apuração do resultado periódico da empresa. Portanto, a despesa é lançada diretamente na demonstração de resultados de um período e significa, no momento de sua ocorrência, uma redução da riqueza da empresa.

Os custos não alteram o valor do patrimônio líquido, por isso não estão inserido na demonstração de resultados. Os custos são os gastos relativos com a fabricação do produtos, em contrapartida a despesa não está relacionada ao processo produtivo. (CREPALDI 2010; PADOVEZE, 2003).

Além dessas terminologias, também é importante conceituar outras, conforme Viceconti e Neves (2003), Padoveze (2003), Crepaldi (2010):

Gasto é o termo genérico que pode representar tanto um custo como uma despesa. É a renúncia de um ativo com a finalidade de obter um bem ou serviço. Exemplos: gastos com salários e gastos com energia elétrica.

Desembolso é o pagamento resultante da aquisição de um bem ou serviço. É a saída financeira da empresa com a entrega de ativos. Exemplos: pagamento de uma fatura, de um boleto e de uma mercadoria.

Investimentos: são gastos efetuados em ativos ou despesas e custos que serão imobilizados ou diferidos. São gastos ativados em função de sua vida útil ou de benefícios futuros. Exemplos: máquinas, equipamentos e instalações.

Perda. são fatos ocorridos em situações excepcionais, que fogem à normalidade da empresa. Não devem fazer parte dos custos de produção pois são considerados não operacionais. É um gasto não intencional. Exemplos: perdas de estoques deteriorados por incêndio e gastos com mão de obra durante uma greve.

2.1.1.1 Depreciação

A depreciação ocorre para que a recuperação do capital investido em um bem fixo aconteça durante os períodos de utilização do bem e não apenas no ano de sua aquisição. Os custos com o imobilizado são contabilizados apenas no ano em que foram adquiridos, superestima-se os custos e subestima-se os lucros do período, ocorrendo o inverso nos anos seguintes. (ASSAF NETO, 2010).

A depreciação consta no balanço patrimonial como conta redutora de ativo. O processo de depreciação acontece devido à perda de valor que sofrem os bens do ativo imobilizado em razão do uso, da obsolescência e da ação da natureza, fatores estes que os desvalorizam. (RIBEIRO, 2010).

No caso de cultura permanente, será necessário fazer depreciação para apropriar os custos de produção de cada safra. A depreciação incide sobre a cultura depois de formada, a partir da primeira colheita. Ela nunca ocorre durante a sua formação. (OLIVEIRA, 2012).

A taxa normal anual de Imposto de Renda para depreciação de tratores, máquinas e implementos agrícolas, nem sempre espelha o real desgaste ocorrido destes bens, além disso, eles não são utilizados ininterruptamente durante o ano todo. Por estas razões, o entendimento é que se deve calcular a depreciação por hora, estimando-se um número de horas de trabalho por equipamento, ao invés da depreciação pelo Método Linear, em que a taxa de depreciação é calculada pela quantidade de anos de vida útil. (CREPALDI, 2009; OLIVEIRA, 2012; RODRIGUES, 2012).

2.1.1.2 Custos Diretos

Os custos diretos podem ser apropriados diretamente aos produtos agrícolas, desde que exista uma medida de consumo (quilos, horas, etc.). Normalmente variam de modo proporcional ao que foi produzido e não precisam de rateio para poder identificá-los. Exemplos: material de embalagem; insumos; mão de obra direta, trata-se dos custos dos trabalhadores utilizados diretamente produção, desde que se conheça quanto tempo cada um trabalhou no produto/produção e o preço da mão de obra. (CREPALDI, 2006; LEONE, 2000).

2.1.1.3 Custos Indiretos

Para incorporar os custos indiretos aos produtos agrícolas, deve-se proceder mediante algum critério de rateio. Exemplos: depreciação de equipamentos agrícolas, desde que utilizados em mais de um produto agrícola; energia elétrica onde o valor do consumo de cada produção é obtido através de rateio. (CREPALDI, 2006; NEPOMUCENO, 2004).

Segundo Martins (2008), os custos indiretos não oferecem condição de uma medida objetiva, para alocá-los é necessário estimar e algumas vezes será realizado de modo arbitrário. Pode acontecer que alguns custos diretos sejam tratados como custos indiretos devido a sua irrelevância ou dificuldade na sua mensuração.

2.1.1.4 Custos Fixos

Os custos fixos são aqueles necessários nas produções que não se influenciam pelo aspecto quantitativo delas. (NEPOMUCENO, 2004).

Crepaldi (2006, p. 102) ressalta que "os custos fixos são fixos dentro de uma determinada faixa de produção e, em geral, não são eternamente fixos, podendo variar em função de grandes oscilações no volume de produção agrícola."

Enquanto os custos diretos e os custos indiretos são definidos em função da relação com a unidade produzida, os custos fixos e variáveis estão relacionados com o período e o volume de uma atividade. (MARION, 2008)

2.1.1.5 Custos Variáveis

Os custos variáveis variam proporcionalmente ao volume produzido. Eles aumentam de acordo com o aumento da produção agrícola, se não for produzido, o custo variável será nulo. Exemplo: nas atividades de produção, o emprego de insumos tende a ser proporcional à quantidade obtida ou esforço nela despendido. (CREPALDI, 2006; NEPOMUCENO, 2004).

Todos custos podem ser classificados em diretos ou indiretos e em fixos ou variáveis. Entretanto as despesas somente poderão ser classificadas em fixas ou variáveis. (MARTINS, 2008).

2.1.2 Custeio Variável

No Custeio Variável, os custos variáveis são alocados aos produtos. Os custos fixos são considerados despesas do período, indo diretamente para o Resultado. Os custos e despesas fixas são considerados custos periódicos, e não custos do produto. Os custos variáveis estão relacionados ao produto e os custos fixos com a capacidade de produzir e vender da empresa. (MARTINS, 2008; PADOVEZE, 2003; SANTOS, 2000).

Santos (2000) explica que neste método cada produto absorve somente os custos incidentes sobre si próprios, assim a margem de contribuição de cada produto deve contribuir para absorver os custos fixos da empresa, para que no final possa ocorrer o lucro. O resultado da empresa é apresentado em duas etapas; primeiro o ocorrido em função do lucro marginal do produto, e o segundo é o lucro geral da empresa.

A Margem de Contribuição, quadro 1, é a diferença entre o preço de venda e o custo variável. É o valor que sobra entre a receita e o custo.

Quadro 1 - Fórmula Margem de Contribuição

Vendas
(-) Custo Variável dos Produtos Vendidos
(=) Margem de Contribuição

Fonte: Adaptado Martins (2008, p. 180)

Apesar do custeio variável não ser aceito para a preparação das demonstrações contábeis, pois não atende aos princípios de contabilidade, ele é muito utilizado e indicado para auxiliar na produção de informações para a tomada de decisões. (LEONE, 2000).

Em função da maior utilização do método do custeio variável para fins gerenciais, ele se caracteriza como o mais adequado para atingir os objetivos da pesquisa, não sendo abordado os outros métodos de custeio existentes neste referencial teórico.

De acordo com Crepaldi (2010) os custos fixos são apropriados nos produtos através de rateio. O rateio possui certo grau de arbitrariedade, por isso ao mudar algum critério de rateio, pode acontecer de um produto que antes era rentável, passar a não ser. No Custeio por Absorção, a subjetividade inerente ao critério de alocação de custos indiretos fixos, pode distorcer os cálculos de custos unitários, não permitindo uma avaliação precisa sobre a lucratividade. Assim para fins gerenciais, o custo variável consegue ajudar o administrador a identificar de forma mais específica, a real contribuição de cada produto, retirando a subjetividade de rateios que podem interferir no resultado final. (CREPALDI, 2010; VICECONTI, NEVES 2003).

2.2 CONTABILIDADE RURAL

O trabalho agrícola é bem diferente do industrial. Conforme Aloe e Valle (1981), o trabalho industrial é contínuo durante o ano e realizado dentro de um edifício, o agrícola varia conforme a estação do ano, é realizado a céu aberto, não há um desenvolvimento regular durante o exercício, acontecendo variações das culturas, e em alguns casos possuindo outras atividades conexas, tornando a administração do trabalho agrícola difícil.

A atividade rural pode ser realizada tanto por pessoa física como pessoa jurídica. No Brasil prevalece a forma física nessa atividade pois é menos onerosa que a pessoa jurídica. A pessoa física conta ainda com algumas vantagens fiscais, como no caso de pequeno e médio produtor não precisarem para fins de Imposto de Renda fazerem escrituração em livros contábeis. No caso de pessoa física a apuração dos resultados acontece mediante apenas escrituração do Livro Caixa,

salvo quando dispensados devido à receita auferida ser inferior aos valores estipulados anualmente pela Receita Federal. (MARION, 2010; RODRIGUES, 2012).

A Contabilidade Rural é pouco utilizada devido a sua complexidade e custo de manutenção para a prestação de um bom serviço contábil. Os gastos do produtores rurais são misturados com seus gastos pessoais, inexistência de notas fiscais, falha de controle gerencial, falta de registros dos acontecimentos diários dentro da atividade rural são alguns dos fatores que causam dificuldade em desenvolver um controle contábil dentro de uma propriedade rural. (CREPALDI, 2009).

Na tomada de decisões, o produtor rural vai definir o quê, quando e como produzir para obter o melhor resultado econômico a fim de garantir e manter a produtividade da terra. Ele vai controlar o andamento do trabalho para certificar-se do bom andamento do mesmo e depois vai avaliar os resultados obtidos na safra e analisar as razões e causas dos resultados alcançados. A Administração Rural é o conjunto dessas atividades, para tanto, é necessário ao administrador rural vasto conhecimento das condições de mercado e dos recursos naturais. (CREPALDI, 2009).

2.3 CULTURA TEMPORÁRIA

A cultura temporária também conhecida como cultura permanente, perene ou anual é aquela onde normalmente o ciclo de vida é curto, estando sujeitas ao replantio após a colheita. Exemplos: milho, soja, batata, feijão, cebola, tomate... (MARION, 2010).

Esses produtos são contabilizados no Ativo Circulante, com o título de Culturas Temporárias. Os custos serão acumulados numa subconta com o título específico da cultura em formação (alho, cebola, cenoura, milho, tomate...). Os custos podem ser: sementes, fertilizantes, mudas, mão de obra, depreciação de tratores e outros acumulados até o término da colheita. (CREPALDI, 2009; MARION, 2010).

Crepaldi (2009, p.101) explica:

Após o término da colheita, o saldo da conta de Culturas Temporárias será transferido para a conta de Produtos Agrícolas, na qual serão somados posteriormente à colheita os custos para deixar o produto à disposição para a venda. Ao ser vendido o produto, transfere-se o valor correspondente ao

volume vendido de Produtos Agrícolas para a conta de Custo dos Produtos Vendidos, sendo assim possível calcular o resultado apurando-se o Lucro Bruto.

Alguns produtos agrícolas são armazenados para serem vendidos num momento posterior, onde o agricultor espera que aconteça uma oscilação de preços, aumentando o preço do produto. O gasto com este armazenamento é considerado despesas de vendas e não custos do produto. (MARION, 2010; OLIVEIRA, 2012).

2.4 CULTURA PERMANENTE

A cultura permanente não está sujeita ao replantio após cada colheita, permanecendo no solo e proporcionando mais de uma produção. Normalmente atribui-se uma duração mínima para a cultura de quatro anos. Exemplos: cafeicultura, cana-de-açúcar, laranjeira, maçã, uva, goiaba... (CREPALDI, 2009; MARION, 2010).

Rodrigues et al. (2012) acrescenta que a cultura para ser classificada como permanente deverá produzir mais de uma vez na sua vida útil ou no caso de produzir uma única vez deverá apresentar nível de maturação e produção acima de 2 anos. Além disso a cultura permanente, do início de sua formação até a produção e colheita dos seus produtos, terá um prazo superior a pelo menos um ano.

Marion (2010) ensina que os custos necessários para a formação da cultura são enquadrados no Ativo Não Circulante - Imobilizado, acumulados na subconta Cultura Permanente em Formação. Alguns exemplos de custos: herbicidas, adubação, sementes, irrigação, mão de obra, encargos sociais, depreciação de equipamentos utilizados na cultura, etc.

A depreciação da cultura não existirá até a primeira colheita, pois não existe a perda da capacidade de proporcionar benefícios futuros, essa potencialidade aumenta com o crescimento da planta. Portanto, para fins de Importo de Renda, a depreciação (ou exaustão) será contabilizada a partir da primeira colheita. (CREPALDI, 2009; MARION, 2010).

Em caso de perdas extraordinárias que provoquem perda total ou parcial da capacidade da cultura decorrente de geadas, incêndios, inundações, tempestade

etc., são retiradas do Ativo Permanente e transferidas para o Resultado do Exercício como perdas do período. (CREPALDI, 2009).

Após formada a cultura, o saldo acumulado da conta Cultura Permanente em Formação é transferido para a Conta Cultura Permanente Formada, no Ativo Imobilizado. A primeira colheita inicia-se logo após a cultura formada. Os custos de formação e maturação do produto serão classificados em uma conta do Ativo Circulante - Estoques denominada Colheita em Andamento, com a especificação do tipo do produto. (CREPALDI, 2009).

Encerrada a colheita, transfere-se o saldo da conta Colheita em Andamento para Produtos Agrícolas, também pertencente ao Ativo Circulante - Estoque. Nessa conta são acumulados os custos de beneficiamento, acondicionamento (embalagens), silagem, etc. Conforme a produção é vendida, acontece a baixa proporcional na conta Produtos Agrícolas e transfere-se o valor do custo para a conta Custo do Produto Vendido (resultado do exercício). Assim, ocorre o confronto entre a Receita e o Custo do Produto Vendido, para poder apurar-se o Lucro Bruto. (CREPALDI, 2009; MARION, 2010).

As alterações para melhoria de produtividade e duração de uma cultura permanente não devem ser descontadas em apenas uma safra, o valor do gasto total deve ir contabilmente para a conta de ativo imobilizado "Cultura Permanente Formada" e ser repassado as safras aos poucos através da depreciação. (MARION, 2010).

2.5 CENOURA

A cenoura, conhecida cientificamente por *Daucus carota* é uma planta cuja parte comestível é a raiz de cor alaranjada. Ela apresenta alto teor de betacaroteno. É também fonte de cálcio, sódio e potássio. (SEBRAE, EMBRAPA, 2010).

Os principais municípios produtores são: Carandaí, Santa Juliana e São Gotardo (Minas Gerais); Piedade, Ibiúna e Mogi das Cruzes (São Paulo); Marilândia (Paraná); Lapão e Irecê (Bahia). (SOUZA et al, 2008).

A colheita da cenoura pode ser feita de 80 a 120 dias após a semeadura. O ponto de colheita é identificado pelo amarelecimento e secamento das folhas mais velhas e o arqueamento para baixo das folhas mais novas. (SOUZA et al, 2008).

A introdução da cenoura no Brasil ocorreu no século XVI, com a vinda das expedições portuguesas. Acredita-se que as primeiras plantações de cenoura no Brasil aconteceram no século XIX, no Rio Grande do Sul, na horta de um mosteiro pelos jesuítas espanhóis. (VILELA, BORGES, 2008; SOUZA et al, 2008).

Até a década de 1980, a cenoura era um produto acessível apenas para as classes de alta renda. As cenouras cultivadas no Brasil eram importadas e melhor adaptadas para climas amenos. No período de verão, os preços da cenoura subiam significativamente, inviabilizando seu consumo por parte significativa da população brasileira. (VILELA, BORGES, 2008; SOUZA et al, 2008).

A Embrapa Hortaliças desenvolve atividades de melhoramento com cenoura visando a criação de cultivares de verão adaptadas às condições climáticas brasileiras. Em 1981, foi liberada a cultivar Brasília, desenvolvida para plantio durante o período de verão, atualmente cultivada em 75% da área de cenoura do Brasil. Os principais benefícios dessa variedade são: aumento da produtividade em determinadas regiões, redução do custo de produção pelo menor uso de agroquímicos, aumento das áreas plantadas nos anos após a liberação desse cultivar, substituição das importações por sementes nacionais. (SOUZA et al, 2008).

Outra importante variedade desenvolvida pela Embrapa Hortaliças foi a cenoura Alvorada que surgiu a partir de um cruzamento entre as cultivares de cenoura Brasília, Kuronan e um material coletado em uma população de ocorrência natural no Rio Grande do Sul. Ela foi criada com o objetivo de incorporar à cultivar Brasília algumas características, tais como, melhor qualidade nutricional e maior nível de resistência a nematoides. Em 2000 foi liberado essa variedade que apresenta conteúdo de carotenoides totais 35% superior em relação às demais cultivares comerciais em uso no Brasil e alta resistência aos nematoides formadores de galhas nas raízes. (VILELA, BORGES, 2008; SOUZA et al, 2008).

2.6 UVA

A uva é um dos frutos mais antigos da civilização. Ela foi introduzida no Brasil, em 1532, por Martim Afonso de Souza, donatário da Capitania de São Vicente. A partir da segunda metade do século 19, com a chegada de imigrantes

italianos e alemães, a viticultura começou a ter importância comercial. (CTENAS; CTENAS; QUAST, 2000).

Lorenzi et al. (2006) informa que hoje a uva é amplamente cultivada no Brasil, tanto para a produção de uva de mesa, como para a fabricação de vinho, este principalmente no Sul do país. Miele et. al (2003) informa que a produção de vinhos, suco de uva e outras derivados da uva e do vinho é concentrada no Rio Grande do Sul, representando em média 95% da produção nacional. A maior parte dessa atividade é desenvolvida através da agricultura familiar.

De acordo com as informações apresentadas pela Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã (Seplag), o Rio Grande do Sul é o maior produtor nacional de uva, sendo responsável por cerca de 53% da produção nacional. Desta produção, apenas uma pequena parte é destinada ao consumo de mesa, a uva é mais utilizada na elaboração de sucos e vinhos. Segundo os dados econômicos apresentados pela Seplag:

A produção de uva, cultura permanente, é resultado da forte influência da colonização italiana e está concentrada principalmente no nordeste do Estado com destaque para a região da Serra. Todos os municípios com produção média superior a 10.000 toneladas/ano no período de 2009-2011, com exceção de Dois Lajeados, localizam-se naquela região. O destaque fica com Bento Gonçalves com uma produção anual de 109.883 toneladas/ano, Flores da Cunha com 98.273 toneladas/ano, Farroupilha com 61.965 toneladas/ano, Caxias do Sul com 59.800 toneladas/ano, Garibaldi com 46.407 toneladas/ano e Monte Belo do Sul com 39.657 toneladas/ano. É importante mencionar outras regiões do Estado como Fronteira Oeste, Sul e Campanha que também vem se destacando mais recentemente na produção de uva destinada a vitivinicultura.

Existem atualmente mais de 8.000 variedades de uva e outras novas continuam surgindo todos os anos. O estudo de caso deste trabalho será baseado na Niágara Rosada, que é cultivada no Brasil principalmente para produção de uva de mesa, nas regiões Sul e Sudeste. (CTENAS; CTENAS; QUAST, 2000; LORENZI et al, 2006).

A videira é cultivada em quase todos os lugares do mundo. Se adapta bem nas regiões de clima temperado. No Brasil é cultivada do extremo Sul até o Nordeste, em regiões antes consideradas de clima inapto. Com o emprego da irrigação, o Vale do Rio Francisco na Bahia e em extensas áreas de Minas Gerais e Pernambuco tornaram-se excelentes regiões produtoras de uva. (POMMER, 2003).

Este capítulo apresentou a fundamentação teórica sobre diversos conceitos de Contabilidade. O principal objetivo desta fundamentação é proporcionar um melhor entendimento deste trabalho ao leitor. Para tanto, o próximo capítulo vai apresentar a fundamentação teórica sobre Demonstrações Contábeis.

3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras ou demonstrações contábeis são relatórios elaborados com base na escrituração mercantil mantida pela entidade, com a finalidade de apresentar, aos diversos usuários, informações principalmente de natureza patrimonial, econômica e financeira, relativas à gestão do patrimônio ocorrido durante um exercício social. (RIBEIRO, p.59, 2010).

Conforme art. 176 da Lei 6.404/76 que parte deste artigo foi alterado pela Lei 11.638/07 as demonstrações financeiras que as empresas deverão elaborar no exercício social são:

- a) balanço patrimonial;
- b) demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
- c) demonstração do resultado do exercício;
- d) demonstração dos fluxos de caixa; e
- e) se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.

De acordo com o § 2º do artigo 186 da Lei nº 6.404/76 a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados poderá ser incluída na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), se elaborada e divulgada pela companhia, pois não inclui somente o movimento da conta de lucros ou prejuízos acumulados, mas também o de todas as demais contas do patrimônio líquido

3.1 BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial (BP) é o mais importante relatório gerado pela contabilidade. Através dele pode-se identificar a saúde financeira e econômica da empresa no fim do exercício social ou de um período prefixado. Ele é dividido em duas colunas, sendo a do lado esquerdo denominada Ativo e a do lado direito Passivo. O Passivo é dividido em Passivo e Patrimônio Líquido. (MARION, 2009).

O Ativo é o conjunto de bens e direitos da empresa, são os itens que proporcionam benefícios presentes ou futuros para a empresa. Estão distribuídos em ativo circulante e ativo não circulante. O ativo não circulante é composto pelos grupos de contas denominados realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível. (MARION, 2009; IUDÍCIBUS, 2010).

O Passivo evidencia todas as dívidas da empresa. Ele é uma obrigação exigível, ou seja, a dívida será exigida (cobrada) na data de seu vencimento. O Passivo pode ser classificado em circulante, quando conter contas de curto prazo e será denominado não circulante quando representar contas de longo prazo. (MARION, 2009; IUDÍCIBUS, 2010).

Para Iudícibus et al. (2010) o Patrimônio Líquido "representa a diferença entre o ativo e o passivo, ou seja, o valor líquido da empresa." No quadro 2 é possível visualizar um modelo do Balanço Patrimonial.

Quadro 2 - Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	PASSIVO
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante
Ativo Realizável a Longo Prazo	
Investimentos	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Imobilizado	Capital Social
Intangível	Reserva de Lucros
	Reserva de Capital
	(+ ou -) Ajustes de Avaliação Patrimonial
	(-) Ações em Tesouraria
	(-) Prejuízos Acumulados
TOTAL DO ATIVO	TOTAL DO PASSIVO

Fonte: Adaptado Ribeiro (2010, p. 22)

3.2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) visa fornecer os resultados auferidos pela empresa em determinado exercício social, os quais são transferidos para contas do Patrimônio Líquido. (ASSAF NETO, 2010).

Para o registro das receitas, custos e despesas deve-se respeitar o mencionado no § 1º do art. 187 da Lei das Sociedades por Ações (LSA):

§ 1º Na determinação do resultado do exercício serão computados:

- a) as receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente da sua realização em moeda; e
- b) os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos.

Para exemplificar o exposto na LSA, Ludícibus et al. (2010) expõem que a receita de venda deve ser contabilizada por ocasião de sua venda e não pelo seu recebimento; a despesa com salários é reconhecida no mês em que se recebeu a prestação do serviço, mesmo que paga no mês seguinte; no mesmo período que forem lançadas as receitas, deverá ser registrado todos os custos, despesas e encargos que incidem por causa de tal receita.

A DRE é composta por Contas de Resultado e também por Contas Patrimoniais. As Contas de Resultado são aquelas que contém as despesas, custos e as receitas. As Contas Patrimoniais são aquelas que representam as Deduções e as Participações no resultado. O quadro 3 apresenta um exemplo de Estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício. (RIBEIRO, 2011).

Quadro 3 - Estrutura da Demonstração do Resultado

RECEITAS BRUTA DE VENDAS
(-) Descontos Concedidos, Devoluções
(-) Impostos sobre vendas
(=) RECEITA LÍQUIDA
(-) Custo dos Produtos Vendidos
(=) RESULTADO BRUTO
(-) Despesas/Receitas Operacionais
(-) Despesas Gerais e Administrativas
(-) Despesas de Vendas
(+) Receitas Financeiras
(-) Despesas Financeiras
(-) Despesas Juros Sobre Capital Próprio
(+) Outras Receitas Operacionais
(-) Outras Despesas Operacionais
(=) RESULTADO OPERACIONAL
(-) Provisão para IR e Contribuição Social
(=) RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES
(-) Participações
(-) Contribuições
(+) Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio
(=) RESULTADO (LUCRO/PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Fonte: Adaptado Assaf Neto (2010, p. 65)

Este capítulo apresentou a fundamentação teórica sobre as Demonstrações Financeira ou Contábeis. O Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício são as demonstrações contábeis ligados aos objetivos deste trabalho. O próximo capítulo evidencia as Análises das Demonstrações Contábeis e seus indicadores.

4 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A análise de balanços, também conhecida como análise das demonstrações contábeis, busca relatar a posição econômico-financeira atual, as causas que determinaram a evolução apresentada e as tendências futuras, com base nas demonstrações financeiras. (ASSAF NETO, 2010).

4.1 INDICADORES DE RENTABILIDADE

Considerado a parte mais importante da análise financeira, a análise de rentabilidade busca mensurar o retorno do capital investido e identificar os fatores que conduziram a essa rentabilidade. (PADOVEZE, BENEDICTO, 2011).

Padoveze e Benedicto (2011, p. 121) definem a rentabilidade como "uma relação percentual do resultado obtido com o valor do investimento."

Marion (2012) acrescenta que pode ser utilizado vários conceitos de lucro nos cálculos em que ele se faz necessário. Poderão ser usados: lucro líquido, lucro bruto, lucro operacional, etc. Ao utilizar o lucro operacional, deve-se utilizar o ativo operacional. Quando for calculado algum índice com o lucro líquido, utiliza-se o ativo total; ou seja, o numerador tem que estar condizente com o denominador.

4.1.1 Giro do Ativo

A medida do giro do ativo é a divisão do valor das receitas pelo ativo total, significa quantas vezes em determinado período uma entidade consegue vender o valor do seu próprio ativo. Assim, quanto mais vendas a empresa fizer, mais produtivo é o ativo. O giro do ativo mede a eficiência com que a empresa utiliza seus ativos para gerar receitas. (SAMANEZ, 2007; PADOVEZE, BENEDICTO, 2011).

$$\text{Giro do Ativo} = \frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo Total}}$$

4.1.2 Margem Líquida

A margem líquida mede a eficácia com que a empresa converte receita em lucro. Significa quanto restou das vendas após as deduções de todas despesas e custos. (SAMANEZ, 2007).

$$\text{Margem} = \frac{\text{Lucro}}{\text{Vendas Líquidas}}$$

4.1.3 Retorno sobre o Investimento

Para Martins (2008, p.208), "a melhor maneira de se avaliar o grau de sucesso de um empreendimento é calcular o seu retorno sobre o investimento realizado."

A Taxa de Retorno sobre o Investimento (TRI), também conhecida como Rentabilidade do Ativo ou ainda em inglês como *Return On Investment* (ROI - Retorno sobre Investimento) mostra a rentabilidade do negócio. Quanto maior o índice, maior a eficiência. (MATARAZZO, 2010).

$$\text{TRI} = \frac{\text{Lucro}}{\text{Ativo Total}}$$

4.1.4 Retorno sobre o Patrimônio Líquido

Para Matarazzo (2010, p.314) "o retorno do capital próprio de uma empresa depende tanto da rentabilidade do negócio quanto da boa administração financeira."

A Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido (TRPL), também conhecida em inglês como *Return On Equity* (ROE - Retorno sobre o Capital investido pelos proprietários) tem como foco os proprietários de empresas e/ou acionistas.

$$\text{TRPL} = \frac{\text{Lucro}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

4.2 INDICADORES DE LIQUIDEZ

Os indicadores de liquidez permitem conhecer o equilíbrio financeiro e a capacidade de pagamento de uma entidade. Através da liquidez é possível mensurar a empresa apresenta condições financeiras para arcar com os seus compromissos assumidos. (ASSAF NETO, 2010).

4.2.1 Liquidez Corrente

O índice de liquidez corrente mostra a capacidade de pagamento da empresa a curto prazo. Quanto maior o índice, melhor.

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

4.2.2 Liquidez Imediata

A liquidez imediata indica o quanto a empresa dispõe imediatamente para saldar as dívidas de curto prazo. Quanto maior o índice, melhor para a empresa.

$$\text{Liquidez Imediata} = \frac{\text{Caixa e seus Equivalentes}}{\text{Passivo Circulante}}$$

4.2.3 Liquidez Geral

A liquidez geral indica quanto a empresa possui no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo para cada R\$ 1,00 de dívida total. Quanto maior o índice, melhor para a empresa.

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

4.3 ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL

A Análise Horizontal baseia-se na evolução de cada conta em uma série de demonstrações financeiras em relação à demonstração anterior e/ou em relação a uma demonstração financeira básica, geralmente a mais antiga da série, em resumo

busca avaliar a evolução dos valores ao longo do tempo. (MATARAZZO, 2010; ASSAF NETO, 2010).

Segundo Marion (2012) a Análise Horizontal permite verificar a ocorrência de variação positiva ou negativa de um período em relação ao anterior. O percentual encontrado indica quantas vezes o valor de determinada conta ou grupo é maior ou menor do que o período anterior,

A Análise Vertical mostra a importância de cada conta em relação à demonstração financeira a que pertence e, através da comparação com padrões do ramo ou com percentuais da própria empresa em anos anteriores, ou seja, tem como objetivo avaliar a participação relativa de cada valor em relação a um total. (MATARAZZO, 2010; ASSAF NETO, 2010).

Segundo Marion (2012), a Análise Vertical da demonstração de resultados permite uma visão da estrutura de custos e despesas da empresa, considerando a média de vendas. De acordo com Ribeiro (2011) o principal objetivo dela é mostrar a importância de cada conta na demonstração financeira que pertence.

Para o balanço patrimonial, convencionou-se adotar como 100% o total do ativo e do passivo. Na demonstração de resultados, as receitas líquidas, livre dos impostos são considerados como 100% para a análise vertical. (PADOVEZE, BENEDICTO, 2011).

Enquanto a Análise Horizontal compara a evolução dos valores de cada conta das demonstrações em análise ao longo de vários períodos, a Análise Vertical compara cada elemento do conjunto em relação ao total em um mesmo período. (RIBEIRO, 2011).

Este capítulo apresentou a fundamentação teórica sobre indicadores de rentabilidade e liquidez, bem como a Análise Vertical e a Análise Horizontal. O foco do próximo capítulo é o Estudo de Caso.

5 ESTUDO DE CASO

As propriedades rurais exploram suas atividades tanto como pessoa jurídica como também por pessoa física. No Brasil predomina-se a forma física. Isso acontece por ela ser menos onerosa do que a jurídica. Outra possível causa é a de ter uma administração mais familiar do que profissional, exigindo menos controles, voltado-se mais para a produção. (OLIVEIRA, 2012).

Os dados para análise do estudo de caso, foram obtidos em uma propriedade rural localizada no interior da Serra Gaúcha. Os atuais proprietários estão na administração há 30 (trinta) anos. O interesse pela agricultura foi herdado dos pais de um dos agricultores que produzia uva. Inicialmente os proprietários trabalhavam apenas com uva. Após incluíram aviários na fonte de renda, que durou apenas 5 (cinco) anos. Os agricultores então decidiram investir na produção de hortifruticulturas no lugar da avicultura. Eles também tentaram trabalhar com culturas de pêssigo e ameixas, mas não se adaptaram com os frutos e preferiram aumentar sua produção nos outros produtos. Atualmente, além da uva e da cenoura, a propriedade produz morango, beterraba, tomate, milho e alho.

5.1 CULTURA DE CENOURA

Os bens necessários para o plantio e produção de cenouras são apresentados na tabela 1:

Tabela 1 – Bens e Implementos para Cultura de Cenoura

Bens e Implementos Agrícolas	Valor
Trator	R\$ 80.000,00
Arado para Trator	R\$ 5.000,00
Plantadeira	R\$ 35.000,00
Pulverizador	R\$ 1.500,00
Semeadeira	R\$ 30.000,00
Reboque	R\$ 5.000,00
Açude	R\$ 11.000,00
Utensílios em Geral	R\$ 1.000,00
Bomba	R\$ 5.500,00
Material para Irrigação	R\$ 4.758,00
Caixas Plásticas	R\$ 5.400,00

Fonte: Produção do autor

Nota: Informações fornecidas pelos produtores

Os bens e implementos agrícolas relacionados na Tabela 1 são utilizados na propriedade para o desenvolvimento da atividade, estão avaliados pelo custo histórico de aquisição, com exceção do açude que teve seu custo avaliado pelos agricultores. Para a depreciação dos mesmos, foi utilizado como referência as tabelas de vida útil com valor residual da Conab (2010), com exceção dos utensílios em geral, do material para irrigação e das caixas plásticas, onde utilizou-se o tempo estimado pelo agricultor. As Tabelas 2 e 3 demonstram a vida útil e a depreciação da cenoura respectivamente.

Tabela 2 – Vida Útil e Residual dos Bens e Implementos da Cultura de Cenoura

Depreciação	Vida útil - anos	Vida útil - horas	Valor Residual (%)
Trator	10	15.000	20
Arado para Trator	15	2.500	5
Plantadeira	15	1.200	20
Pulverizador	8	2.000	5
Semeadeira	15	1.200	20
Reboque	15	500	5
Açude	50	-	20
Utensílios em Geral	15	-	-
Bomba	5	6.750	5
Material para Irrigação	15	-	-
Caixas Plásticas	15	-	-

Fonte: Produção do autor

Tabela 3 – Depreciação dos Bens e Implementos da Cultura de Cenoura

Depreciação	R\$ Depreciação/Hora	Horas Utilizadas	Custo
Trator	R\$ 4,27	35 horas	R\$ 149,33
Arado para Trator	R\$ 1,90	3 horas	R\$ 5,70
Plantadeira	R\$ 23,33	5 horas	R\$ 116,67
Pulverizador	R\$ 0,71	10 horas	R\$ 7,13
Semeadeira	R\$ 20,00	5 horas	R\$ 100,00
Reboque	R\$ 9,50	17 horas	R\$ 161,50
Açude	-	-	R\$ 17,60
Utensílios em Geral	-	-	R\$ 66,67
Bomba	R\$ 0,77	60 horas	R\$ 46,44
Material para Irrigação	-	-	R\$ 410,40
Caixas Plásticas	-	-	R\$ 360,00
Total			R\$ 1.441,44

Fonte: Produção do autor

Nota: Informações fornecidas pelos produtores

A depreciação pelo Método Linear, em que a taxa de depreciação é calculada pela quantidade de anos de vida útil, foi utilizada para o açude, utensílios em geral, material para irrigação e caixa plásticas. Para os demais, foi utilizada a depreciação por hora, onde estima-se um número de horas de trabalho por equipamento.

No caso do cálculo da depreciação pelo Método Linear a fórmula utilizada foi valor do bem menos seu valor residual(quando houver), dividido pelo números de anos estimados de vida útil, resultando na taxa de depreciação anual. Exemplo: depreciação do açude: $(11.000 - 2.200)/50 = 176,00/10 = 17,60$. No caso específico do açude, o valor final da taxa de depreciação anual foi dividido por 10, pois este açude faz a irrigação de dez hectares de plantações da propriedade.

Para o cálculo da taxa de depreciação pelas horas de uso de um bem ou implemento agrícola utilizou-se da fórmula: valor do bem menos seu valor residual, dividido pelo números de horas estimados de trabalho, resultando na depreciação por hora. Exemplo: depreciação do trator: $(80.000 - 16.000)/15.000 = 4,27 \times 35 = 149,33$.

Para a formação completa da cultura de cenoura são necessários quatro etapas de produção: preparação do solo, plantio, tratamento da cultura em formação e colheita. Os custos variáveis de um hectare de cenoura, elencados pelos proprietários nessas etapas são: mão de obra, combustíveis, energia elétrica, adubos e fertilizantes, defensivos agrícolas e sementes. As tabelas 4 e 5 evidenciam os custos variáveis da cultura de cenoura durante as safras de 2010 até 2013.

Tabela 4 – Custos Variáveis das Safras 2010 e 2011 da Cenoura

Custos Variáveis	2010 - JAN	2010 - AGO	2011 - JAN	2011 - AGO
Combustíveis	R\$ 600,00	R\$ 500,00	R\$ 450,00	R\$ 500,00
Depreciação	R\$ 586,77	R\$ 586,77	R\$ 586,77	R\$ 586,77
Energia Elétrica	R\$ 410,00	R\$ 380,00	R\$ 480,00	R\$ 400,00
Mão de Obra	R\$ 4.500,00	R\$ 4.420,00	R\$ 5.050,00	R\$ 5.100,00
Adubos e Fertilizantes	R\$ 4.600,00	R\$ 4.600,00	R\$ 4.200,00	R\$ 4.800,00
Defensivos Agrícolas	R\$ 4.800,00	R\$ 5.000,00	R\$ 4.850,00	R\$ 5.200,00
Sementes	R\$ 5.000,00	R\$ 2.600,00	R\$ 2.700,00	R\$ 2.750,00
TOTAL	R\$20.496,77	R\$ 18.086,77	R\$ 18.316,77	R\$ 19.336,77

Fonte: Produção do autor

Nota: Informações fornecidas pelos produtores

Tabela 5 – Custos Variáveis das Safras 2012 e 2013 da Cenoura

Custos Variáveis	2012 - JAN	2012 - AGO	2013 - JAN	2013 - AGO
Combustíveis	R\$ 500,00	R\$ 480,00	R\$ 450,00	R\$ 500,00
Depreciação	R\$ 586,77	R\$ 586,77	R\$ 586,77	R\$ 586,77
Energia Elétrica	R\$ 500,00	R\$ 420,00	R\$ 500,00	R\$ 430,00
Mão de Obra	R\$ 4.500,00	R\$ 5.550,00	R\$ 4.800,00	R\$ 5.810,00
Adubos e Fertilizantes	R\$ 4.700,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.200,00	R\$ 5.100,00
Defensivos Agrícolas	R\$ 5.000,00	R\$ 4.700,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
Sementes	R\$ 5.600,00	R\$ 2.800,00	R\$ 2.900,00	R\$ 2.900,00
TOTAL	R\$ 21.386,77	R\$ 19.536,77	R\$ 19.436,77	R\$ 20.326,77

Fonte: Produção do autor

Nota: Informações fornecidas pelos produtores

A energia elétrica apresentada na tabela 4 e 5, refere-se a utilizada para o funcionamento da bomba para irrigação da cultura. A propriedade não apresenta gastos com agrônomo, pois quando necessário a Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) presta assessoria gratuita. A propriedade não apresenta na venda despesas com a comercialização e transporte das cenouras, pois os clientes arcam com as despesas da lavoura até o estabelecimento (destino), em geral eles buscam o produto colhido na propriedade. As caixas plásticas que armazenam as cenouras são devolvidas pelo compradores, por isso não há custos com a embalagem da cenoura.

Tabela 6 – Custos Fixos da Cultura de Cenoura

Custos Fixos	Depreciação Bens/Impl.	Manutenção Bens/Impl.	Total
2010 - JAN	R\$ 982,19	R\$ 300,00	R\$ 1.282,19
2010 - AGO	R\$ 854,67	R\$ 400,00	R\$ 1.254,67
2011 - JAN	R\$ 854,67	R\$ 350,00	R\$ 1.204,67
2011 - AGO	R\$ 854,67	R\$ 500,00	R\$ 1.354,67
2012 - JAN	R\$ 982,19	R\$ 400,00	R\$ 1.382,19
2012 - AGO	R\$ 854,67	R\$ 380,00	R\$ 1.234,67
2013 - JAN	R\$ 854,67	R\$ 350,00	R\$ 1.204,67
2013 - AGO	R\$ 854,67	R\$ 400,00	R\$ 1.254,67
Total	R\$ 7.092,39	R\$ 3.080,00	R\$ 10.172,39

Fonte: Produção do autor

Além dos custos variáveis, a cultura apresenta custos fixos e despesas, que estão apresentados na tabela 6 e 7. Os custos fixos e despesas compreendem os valores de depreciação pelo método linear dos bens e implementos agrícolas, bem

como os gastos com manutenção dos mesmos, além das despesas com telefone, internet, juros de financiamentos e empréstimos e outras despesas administrativas da propriedade.

Tabela 7 – Despesa da Cultura de Cenoura

Despesas	Despesas Administrativas	Telefone e Internet	Juros Empréstimos e Financiamentos	Total
2010 - JAN	R\$ 80,00	R\$ 20,00	R\$ 780,00	R\$ 880,00
2010 - AGO	R\$ 75,00	R\$ 10,00	R\$ 810,00	R\$ 895,00
2011 - JAN	R\$ 90,00	R\$ 15,00	R\$ 900,00	R\$ 1.005,00
2011 - AGO	R\$ 95,00	R\$ 11,00	R\$ 900,00	R\$ 1.006,00
2012 - JAN	R\$ 98,00	R\$ 17,00	R\$ 920,00	R\$ 1.035,00
2012 - AGO	R\$ 80,00	R\$ 10,00	R\$ 955,00	R\$ 1.045,00
2013 - JAN	R\$ 79,00	R\$ 14,00	R\$ 970,00	R\$ 1.063,00
2013 - AGO	R\$ 88,00	R\$ 15,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.103,00
Total	R\$ 685,00	R\$ 112,00	R\$ 7.235,00	R\$ 8.032,00

Fonte: Produção do autor

As colheitas realizadas no verão costumam ser menos produtivas do que as realizadas no inverno. O excesso de calor pode prejudicar na qualidade e no aspecto físico da cenoura, que apresenta rachaduras, tornando o produto não comerciável ou com redução do valor do preço de venda. Em janeiro de 2010 e janeiro de 2012, foi necessário o replantio das sementes de cenoura, pois com o calor elevado não houve a brotação, por isso o custo com sementes e com a depreciação de alguns equipamentos aumenta nesse período, conforme exposto nas tabelas 4, 5 e 6.

O histórico de produção de um hectare (ha) de cenoura é exposto na tabela 8. As cenouras são vendidas logo após a colheita, em caixas que pesam em torno de 28kg. Os clientes buscam o produto direto na propriedade, arcando com os custos de transporte. As receitas proveniente da venda de cenoura são apresentadas na tabela 9.

Importante ressaltar que para que a terra produzir com melhor qualidade e mais quantidade é necessário que ocorra a rotação de cultura, isso significa que ao plantar no ano x1 cenoura em um hectare de terra, no ano seguinte é ideal plantar aveia ou milho. É importante a sucessão de plantio de culturas dentro de determinada área, para evitar a queda da produtividade agrícola.

Tabela 8 – Produtividade de 1ha de Cenoura

Ano	Janeiro	Agosto
2010	2.500 caixas	2.800 caixas
2011	3.000 caixas	3.000 caixas
2012	2.000 caixas	3.100 caixas
2013	2.500 caixas	3.100 caixas

Fonte: Produção do autor

Nota: Informações fornecidas pelos produtores

Tabela 9 – Receitas da Cultura de Cenoura

Período	Receita	Período	Receita
jan/10	R\$ 42.500,00	jan/12	R\$ 26.000,00
ago/10	R\$ 33.600,00	ago/12	R\$ 55.490,00
jan/11	R\$ 33.000,00	jan/13	R\$ 43.750,00
ago/11	R\$ 42.000,00	ago/13	R\$ 55.800,00

Fonte: Produção do autor

Nota: Informações fornecidas pelos produtores

5.2 CULTURA DE UVA

A uva, sendo uma cultura permanente, possui um tempo maior para ocasionar algum retorno financeiro ao produtor. Normalmente, nos dois primeiros anos da parreira, não existe ou é insignificante produção de uva. Por isso os gastos com investimento do agricultor serão mais expressivos no início do desenvolvimento da cultura de uva.

Os proprietários optaram por cobrir as parreiras, pois acreditam que os benefícios compensam os custos deste investimento. A parreira estando coberta tem uma melhor produtividade, além de redução de custos com insumos agrícolas. Segundo Pommer (2003), a cobertura dos parreirais com telado plástico tem por finalidade a proteção contra danos causados pelo granizo, chuvas severas, pássaros, morcegos, insetos, principalmente vespas e marimbondos e também pelo excesso de exposição ao sol. Os gastos com o investimento de construção estão elencados na tabela 10.

Tabela 10 – Investimentos para Cultura de Uva

Investimentos	2010	2011
Palanques 10 X 10		R\$ 1.080,00
Palanques 12X 12	R\$ 139,00	
Palanques 08 X 08	R\$ 5.775,00	
Cordoalhas de 03 fios	R\$ 5.342,40	
Cordoalhas de 07 fios	R\$ 540,00	
Cordoalha de fios	R\$ 10.318,00	R\$ 4.422,00
Hastes		R\$ 1.680,00
Arcos		R\$ 9.792,00
Plásticos		R\$ 20.520,00
Mudas Prontas	R\$ 10.854,00	
Arame Galvanizado	R\$ 1.150,00	
Total	R\$ 34.118,40	R\$ 37.494,00

Fonte: Produção do autor

Nota: Informações fornecidas pelos produtores

Os custos para construção do parreiral em 2010 e 2011, apresentados na tabela 11, também são considerados investimentos do agricultor para a cultura de uva, assim também estão incorporados no cálculo de depreciação do parreiral. A depreciação do parreiral foi estimada em 20 anos, com exceção dos plásticos utilizados para cobrir a cultura da uva, que são trocados a cada 5 anos. Assim, o valor da depreciação anual do parreiral é de R\$4.104,00 (quatro mil cento e quatro reais), enquanto do plásticos é de R\$3.973,18 (três mil e novecentos e setenta e três reais com dezoito centavos).

Tabela 11 – Outros Investimentos para Cultura de Uva

Investimentos	2010	2011
Manutenção Bens/Implementos	R\$ 400,00	R\$ 500,00
Depreciação Bens/Implementos	R\$ 1.060,60	R\$ 1.060,60
Combustíveis	R\$ 300,00	R\$ 300,00
Energia Elétrica	R\$ 200,00	R\$ 300,00
Mão de Obra	R\$ 10.000,00	R\$ 6.000,00
Aubos e Fertilizantes	R\$ 4.400,00	R\$ 1.500,00
Defensivos Agrícolas		R\$ 500,00
Mudas Para Replatio		R\$ 450,00
Vimes para Amarração	R\$ 100,00	R\$ 200,00
Outros Insumos	R\$ 500,00	R\$ 600,00
Total	R\$ 16.960,60	R\$ 11.410,60

Fonte: Produção do autor

Nota: Informações fornecidas pelos produtores

Os bens e implementos agrícolas, relacionados na tabela 12, são utilizados para o desenvolvimento da atividade da cultura de uva. Eles estão avaliados pelo valor de custo histórico. A tabela 13 elenca os materiais necessários para irrigação do parreiral.

Tabela 12 – Imobilizado da Cultura de Uva

Bens e Implementos Agrícolas	Valor	
Trator Pequeno	R\$	35.000,00
Reboque	R\$	4.000,00
Arado para Trator	R\$	3.000,00
Roçadeira	R\$	1.500,00
Pulverizador para Trator	R\$	6.000,00
Pulverizador Manual	R\$	400,00
Açude	R\$	11.000,00
Máquina para amarrar parreira	R\$	200,00
Utensílios em Geral	R\$	1.350,00
Bomba	R\$	5.500,00
Material para Irrigação	R\$	6.156,00

Fonte: Produção do autor

Nota: Informações fornecidas pelos produtores

Tabela 13 – Material de Irrigação Para Cultura de Uva

Material para Irrigação Uva	Valor	
1800 metros mangueiras 3X4	R\$	2.808,00
450 bailarinas	R\$	2.700,00
100 metros de canos 2 polegadas	R\$	340,00
36 peças adaptadoras (tomada colar)	R\$	175,00
4 torneiras de 2 polegadas	R\$	56,00
8 T de 2 polegadas (soldável)	R\$	32,00
36 adaptador (com rosca)	R\$	45,00
Total	R\$	6.156,00

Fonte: Produção do autor

Nota: Informações fornecidas pelos produtores

A depreciação destes bens, apresentada na tabela 14, foi calculada de acordo com as tabelas de vida útil da Conab (2010), com exceção de dos materiais para irrigação e dos utensílios em geral que foram depreciados de acordo com o tempo estimulado pelos agricultores. As horas utilizadas de cada item exposto na tabela 14 foram estimadas pelos agricultores.

A depreciação pelo Método Linear foi utilizada para o açude, máquina para amarrar parreira, utensílios em geral e material para irrigação. Para os demais, foi utilizada a depreciação por hora, onde estima-se um número de horas de trabalho por equipamento.

Tabela 14 – Depreciação do Imobilizado da Cultura da Uva

Depreciação	R\$ Depreciação/Hora	Horas Utilizadas	Custo
Trator Pequeno	R\$ 4,38	50 horas	R\$ 218,75
Reboque	R\$ 7,60	29 horas	R\$ 220,40
Arado para Trator	R\$ 1,14	2 horas	R\$ 2,28
Roçadeira	R\$ 0,57	4 horas	R\$ 2,28
Pulverizador para Trator	R\$ 2,85	15 horas	R\$ 42,75
Pulverizador Manual	R\$ 0,22	3 dias	R\$ 0,66
Açude	-	-	R\$ 17,60
Máquina p/ amarrar parreira	-	-	R\$ 40,00
Utensílios em Geral	-	-	R\$ 90,00
Bomba	R\$ 0,77	20 horas	R\$ 15,48
Material para Irrigação	-	-	R\$ 410,40
Total			R\$ 1.060,60

Fonte: Produção do autor

Nota: Informações fornecidas pelos produtores

A cultura de uva, apesar de realizar apenas uma safra ao ano, requer vários cuidados durante o ano inteiro. Diferente da Cenoura onde as atividades se resumiam em preparar a terra, plantar, trata a culta e colher; a uva requer maiores atividades. Nos dois primeiros anos é formado o parreiral, que vai começar a produzir somente no terceiro ano.

Inicialmente o agricultor vai escolher a área que apresenta os melhores fatores para o desempenhar a atividade, após é preparado o solo conforme a necessidade do terreno. Para a implantação do vinhedo é necessário definir o espaçamento entre as plantas na linha e as linhas do parreiral para realizar a demarcação do terreno. Após é realizada a abertura e adubação das covas para o plantio dos porta-enxertos. Antes de realizar o início do cultivo da uva é necessário conhecer a fertilidade das gemas, ao longo dos ramos, que depende da poda das variedades a serem cultivadas e dos sistemas de condução. (POMMER, 2003).

O sistema de condução tem por finalidade sustentar as videiras de forma a facilitar o manejo da cultura. A escolha do sistema de condução adotado varia em

função do hábito de frutificação da variedade da uva a ser cultivada. (POMMER, 2003).

Os principais objetivos da poda são modificar o vigor da planta, produzir mais e com melhor qualidade a fruta, manter a planta com um porte conveniente ao seu trato e manuseio, modificar a tendência da planta em produzir mais ramos vegetativos do que frutíferos e vice-versa, suprimir ramos supérfluos, doentes e mortos, regular a alternância das safras, de modo a obter anualmente colheitas médias com regularidade. A videira é podada com a finalidade de equilibrar a vegetação e a frutificação. (POMMER, 2003).

A poda de inverno acontece para evitar os brotos aleatórios que formam ramos que contém determinado número de cachos, esses ramos e cachos se não forem podados serão fracos e de mau aspecto. Os ramos então são eliminados quando forem muito fracos, doentes ou estiverem presente em número excessivo. Na poda verde serão realizadas diversas atividades em ramos e órgãos em estado herbáceo e tenros, durante o período em que as plantas estão em plena atividade vegetativa. As principais atividades realizadas na poda verde são a desfolha, o abaixamento dos ramos, a desbrota, o controle do número de cachos e os desbastes de cachos. (POMMER, 2003).

Para a manutenção do parreiral, também é necessário tratamento fitossanitário, que consiste no uso de defensivos, herbicidas e outros insumos agrícolas para prevenir que ele seja mantido livre de doenças fúngicas. Próximo do período da colheita, o agricultor apresenta um cuidado extremo com as podridões, que podem afetar os cachos já formados, desde a sua maturação até a embalagem da uva. (POMMER, 2003).

Na tabela 15 são evidenciados os custos variáveis da cultura de uva nos anos de 2012 e 2013, onde neste período o parreiral já apresentava produção. Durante 2010 e 2011 o parreiral não apresenta produção de uva significativa. A energia elétrica apresentada na tabela 15 refere-se a utilizada para o funcionamento da bomba para irrigação da cultura.

Além dos custos variáveis, são necessários custos e despesas fixas para manter o andamento da atividade. Os custos fixos, apresentados na tabela 16, são formados pela depreciação calculada pelo método linear e custo da manutenção

dos bens e implementos agrícolas. Já as despesas, conforme tabela 17, são compostas por gastos com telefone e internet e demais despesas administrativas.

Tabela 15 – Custos Variáveis da Cultura da Uva

Custos Variáveis	2012	2013
Energia Elétrica	R\$ 250,00	R\$ 300,00
Mão de Obra	R\$ 5.000,00	R\$ 4.600,00
Azubos e Fertilizantes	R\$ 4.300,00	R\$ 4.440,00
Defensivos Agrícolas	R\$ 600,00	R\$ 650,00
Transporte Externo - Frete	R\$ 6.250,00	R\$ 9.800,00
Combustíveis	R\$ 650,00	R\$ 700,00
Mudas para Replanteio	R\$ 400,00	R\$ 450,00
Vimes para amarração	R\$ 250,00	R\$ 220,00
Depreciação	R\$ 502,60	R\$ 502,60
Outros Insumos	R\$ 750,00	R\$ 820,00
Total	R\$ 18.952,60	R\$ 22.482,60

Fonte: Produção do autor

Nota: Informações fornecidas pelos produtores

Tabela 16 – Custos Fixos da Cultura da Uva

Custos Fixos	2012	2013
Manutenção Bens/Impl.	R\$ 550,00	R\$ 500,00
Depreciação	R\$ 8.635,18	R\$ 8.635,18
Total	R\$ 9.185,18	R\$ 9.135,18

Fonte: Produção do autor

Nota: Informações fornecidas pelos produtores

Tabela 17 – Despesas da Cultura da Uva

Despesas	2012	2013
Despesas Administrativas	R\$ 220,00	R\$ 250,00
Telefone e Internet	R\$ 25,00	R\$ 30,00
Total	R\$ 245,00	R\$ 280,00

Fonte: Produção do autor

Nota: Informações fornecidas pelos produtores

Ao final do processo, o agricultor espera conseguir uma boa produtividade, como também um bom preço de mercado para a uva. A receita e produção de um hectare de um parreiral é apresentado na tabela 18. Em 2012, a propriedade foi afetada por uma forte chuva de pedra que reduziu a produtividade do parreiral em

função dos estragos que ocasionou. Os danos da safra foram reduzidos pois os plásticos que cobriam os parreiras serviram como barreira.

Tabela 18 – Produção e Receita da Cultura da Uva

Período	Produção (Kg)	Receita
2012	25.000	R\$ 36.250,00
2013	35.000	R\$ 52.500,00
Total	60.000	R\$ 88.750,00

Fonte: Produção do autor

Nota: Informações fornecidas pelos produtores

5.3 MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO

Pelo custeio variável, foi possível apurar a margem de contribuição de cada produto. A uva, quadro 6, apresentou maior margem de contribuição por Kg, se comparado com a cenoura, quadro 4 e 5. Entretanto, ao analisar a margem de contribuição por hectare, a cenoura tanto em 2012 como em 2013 apresentou maiores margens de contribuição, se for considerado a soma das duas safras do Em ano. A margem de contribuição total da cenoura é maior que a margem total contribuição da uva, pois em um hectare de cenoura a produtividade em kg é maior do que a produção de um hectare de uva.

Quadro 4 - Margem de contribuição e Lucro da Cenoura Anual

Cenoura	2010	2011	2012	2013
Vendas	R\$ 76.100,00	R\$ 75.000,00	R\$ 81.490,00	R\$ 99.550,00
(-)Funrural	R\$ 1.750,30	R\$ 1.725,00	R\$ 1.874,27	R\$ 2.289,65
(=) Vendas Líquidas	R\$ 74.349,70	R\$ 73.275,00	R\$ 79.615,73	R\$ 97.260,35
(-) Custos Variáveis	R\$ 38.583,54	R\$ 37.653,54	R\$ 40.923,54	R\$ 39.763,54
(=) Margem de Contribuição	R\$ 35.766,16	R\$ 35.621,46	R\$ 38.692,19	R\$ 57.496,81
MC Unitário (Caixas)	R\$ 6,75	R\$ 5,94	R\$ 7,59	R\$ 10,27
MC Unitário (Kg)	R\$ 0,24	R\$ 0,21	R\$ 0,27	R\$ 0,37
(-) Custos Fixos	R\$ 2.536,86	R\$ 2.559,33	R\$ 2.616,86	R\$ 2.459,33
(=) Lucro Bruto	R\$ 33.229,30	R\$ 33.062,13	R\$ 36.075,33	R\$ 55.037,48
(-) Despesas	R\$ 1.775,00	R\$ 2.011,00	R\$ 2.080,00	R\$ 2.166,00
(=) Lucro	R\$ 31.454,30	R\$ 31.051,13	R\$ 33.995,33	R\$ 52.871,48

Fonte: Produção do autor

Quadro 5 - Margem de contribuição e Lucro da Cenoura

Cenoura	2010 - JAN	2010 - AGO	2011 - JAN	2011 - AGO
Vendas	R\$ 42.500,00	R\$ 33.600,00	R\$ 33.000,00	R\$ 42.000,00
(-)Funrural	R\$ 977,50	R\$ 772,80	R\$ 759,00	R\$ 966,00
(=) Vendas Líquidas	R\$ 41.522,50	R\$ 32.827,20	R\$ 32.241,00	R\$ 41.034,00
(-) Custos Variáveis	R\$ 20.496,77	R\$ 18.086,77	R\$ 18.316,77	R\$ 19.336,77
(=) Margem de Contribuição	R\$ 21.025,73	R\$ 14.740,43	R\$ 13.924,23	R\$ 21.697,23
MC Unitário (Caixas)	R\$ 8,41	R\$ 5,26	R\$ 4,64	R\$ 7,23
MC Unitário (Kg)	R\$ 0,30	R\$ 0,19	R\$ 0,17	R\$ 0,26
(-) Custos Fixos	R\$ 1.282,19	R\$ 1.254,67	R\$ 1.204,67	R\$ 1.354,67
(=) Lucro Bruto	R\$ 19.743,54	R\$ 13.485,76	R\$ 12.719,56	R\$ 20.342,56
(-) Despesas	R\$ 880,00	R\$ 895,00	R\$ 1.005,00	R\$ 1.006,00
(=) Lucro	R\$ 18.863,54	R\$ 12.590,76	R\$ 11.714,56	R\$ 19.336,56
Cenoura	2012 - JAN	2012 - AGO	2013 - JAN	2013 - AGO
Vendas	R\$ 26.000,00	R\$ 55.490,00	R\$ 43.750,00	R\$ 55.800,00
(-)Funrural	R\$ 598,00	R\$ 1.276,27	R\$ 1.006,25	R\$ 1.283,40
(=) Vendas Líquidas	R\$ 25.402,00	R\$ 54.213,73	R\$ 42.743,75	R\$ 54.516,60
(-) Custos Variáveis	R\$ 21.386,77	R\$ 19.536,77	R\$ 19.436,77	R\$ 20.326,77
(=) Margem de Contribuição	R\$ 4.015,23	R\$ 34.676,96	R\$ 23.306,98	R\$ 34.189,83
MC Unitário (Caixas)	R\$ 2,01	R\$ 11,19	R\$ 9,32	R\$ 11,03
MC Unitário (Kg)	R\$ 0,07	R\$ 0,40	R\$ 0,33	R\$ 0,39
(-) Custos Fixos	R\$ 1.382,19	R\$ 1.234,67	R\$ 1.204,67	R\$ 1.254,67
(=) Lucro Bruto	R\$ 2.633,04	R\$ 33.442,29	R\$ 22.102,31	R\$ 32.935,16
(-) Despesas	R\$ 1.035,00	R\$ 1.045,00	R\$ 1.063,00	R\$ 1.103,00
(=) Lucro	R\$ 1.598,04	R\$ 32.397,29	R\$ 21.039,31	R\$ 31.832,16

Fonte: Produção do autor

Quadro 6 - Margem de contribuição e Lucro da Uva

Uva	2012	2013
Vendas	R\$ 36.250,00	R\$ 52.500,00
(-)Funrural	R\$ 833,75	R\$ 1.207,50
(=) Vendas Líquidas	R\$ 35.416,25	R\$ 51.292,50
(-) Custos Variáveis	R\$ 18.952,60	R\$ 22.482,60
Margem de Contribuição	R\$ 16.463,65	R\$ 28.809,90
MC Unitário (Kg)	R\$ 0,66	R\$ 0,82
(-) Custos Fixos	R\$ 9.185,18	R\$ 9.135,18
(=) Lucro Bruto	R\$ 7.278,47	R\$ 19.674,72
(-) Despesas	R\$ 245,00	R\$ 280,00
(=) Lucro	R\$ 7.033,47	R\$ 19.394,72

Fonte: Produção do autor

Considerando o ano 2010 como base, para a análise horizontal da cenoura, as vendas sempre apresentaram progresso, com exceção do ano de 2011 que decresceu suas vendas em 1,45%. Em 2011, a margem de contribuição total reduziu em 0,40%. Em compensação aumentou em 8,18% em 2012, com um crescimento de vendas em 7,08%. Em 2013 a margem cresceu em 60,76%, com as vendas apresentando acréscimo de 30,81% se comparada ao ano de 2011.

Os custos variáveis da cenoura sempre representaram mais de 50% das vendas líquidas, exceto em 2013, representando 40,88%. Em relação as vendas líquidas, a margem de contribuição oscilou entre 48% e 49%, menos em 2013 cujo percentual foi de 59,12% das vendas líquidas. Como consequência, o lucro manteve-se em torno de 45% do total das vendas líquidas, com exceção do ano de 2013, onde representou 56,59%.

Por meio da análise horizontal percebe-se que o lucro da uva evoluiu em 175,75%, enquanto as vendas aumentaram em 44,83% e os custos variáveis em 18,63%. Outro motivo deste aumento foi decorrente do aumento de produção, que em 2012 foi comprometido pelos estragos da chuva de pedra. A margem de contribuição total da uva aumentou 74,99%, enquanto a margem de contribuição do quilo apresentou um acréscimo de 24,99%.

Pela análise vertical, é possível evidenciar a redução dos custos variáveis em relação as vendas líquidas, pois em 2012 eles representavam 53,51% e em 2013 reduziram para 43,83%, como consequência a margem de contribuição representou 46,49% das vendas líquidas, aumento para 56,17%.

5.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Através do Balanço Patrimonial e das Contas de Resultado foi possível calcular os diversos índices apresentados nos quadros 7 e 8. Através da margem líquida é possível visualizar que o lucro da cenoura representou 42,31%, 42,38%, 42,70%, 54,36% das vendas realizadas em 2010, 2011, 2012 e 2013, respectivamente. A lucratividade da uva foi menor, 19,86% em 2012 e 37,81% em 2013.

O giro do ativo da cenoura é maior que o da uva, o que significa que o ativo da cenoura tem uma produtividade melhor do que o da uva. Tanto para cenoura, como para a uva nota-se que o índice está aumentando com o passar dos anos. Isso é bom para a propriedade, pois evidencia que o seu ativo está cada vez mais produtivo e como consequência, mais rentável.

Quadro 7 - Índices da Cenoura

Índices Cenoura	2010	2011	2012	2013
Margem Líquida	0,4231	0,4238	0,4270	0,5436
Giro do Ativo	0,3300	0,3276	0,3548	0,4086
TRI	0,1396	0,1388	0,1515	0,2221
TRPL	0,2393	0,2056	0,1954	0,2484
Liquidez Corrente	1,5112	1,4090	1,4352	2,6097
Liquidez Imediata	1,1008	0,8817	0,8219	1,6161
Liquidez Geral	0,4707	0,6254	0,9750	2,6097

Fonte: Produção do autor

Quadro 8 - Índices da Uva

Índices Uva	2012	2013
Margem Líquida	0,1986	0,3781
Giro do Ativo	0,1779	0,2461
TRI	0,0353	0,0931
TRPL	0,0376	0,0973
Liquidez Corrente	2,84014	5,84230
Liquidez Imediata	0,67347	1,17563
Liquidez Geral	2,84014	5,84230

Fonte: Produção do autor

Considerando a taxa de retorno sobre o investimento, no último ano a propriedade obteve ganho de R\$0,22 da cenoura e R\$0,09 da uva, para cada R\$1,00 investido em cada produto. O *payback* (que é o tempo em que o dinheiro investido é pago) da cenoura foi de 13,96%, 13,88%, 15,15% e 22,21%, calculando a média aritmética destes quatro anos, o resultado é 16,30%, ou seja, em média a lavoura de cenoura precisaria de 6 anos para recuperar todo os seus investimentos. O *payback* da uva foi de 3,53% e 9,31%, pela média, a tendência é que o investimento do parreiral se recupere em um pouco mais de 12 anos.

Pelo ponto de vista do proprietário, para cada R\$1,00 investido no hectare da cenoura, há um ganho de R\$0,25 em 2013. Em média, demorará 4 anos e meio para os proprietários recuperarem os investimentos efetuados na cultura da cenoura. No investimento de um hectare de parreiral, para cada R\$1,00 investido houve um ganho de R\$0,10 em 2013. O investimento dos proprietários na cultura da uva, em média, serão recuperados em torno de 15 anos.

A propriedade exibe uma boa capacidade em financiar suas necessidades de capital de giro, a maioria das compras são feitas à vista ou financiadas em curto prazo, isso se confirma ao analisar o índice de liquidez corrente, que se manteve sempre superior a 1 em todos os anos analisados. No último ano para cada R\$ 1,00 de dívida a curto prazo da cenoura, a propriedade possuía R\$ 2,61 em direitos e haveres a curto prazo. Para investir na uva o produtor utilizou-se de menos empréstimos e financiamentos, ocasionando num índice de liquidez corrente maior, em 2013 o ativo circulante representava 5,84 vezes seu passivo circulante.

Segundo Assaf Neto (2010), através do índice de liquidez imediata é possível verificar que percentual de dívidas a curto prazo pode ser liquidado imediatamente. Em 2013, a cenoura conseguia quitar suas dívidas a curto prazo e ainda sobrar uma margem de 61,61%. A uva no mesmo ano apresentou uma sobra de 17,53%. Isso mostra que em ambas culturas, o agricultor dispõe de recursos monetários em caixa, essa disponibilidade faz com que o produtor não adquira tantos empréstimos para manter as atividades.

O índice de liquidez geral da cenoura e da uva demonstra que ambos produtos conseguem pagar todas as suas dívidas com os recursos disponíveis. Em 2013, para cada R\$ 1,00 de dívida, a cenoura dispõe de um excedente de R\$ 1,61. A uva para cada R\$ 1,00 de dívida detém R\$ 4,84 de sobra. A cenoura somente conseguiu os recursos totais para quitar suas dívidas em 2013, isso ocorreu pelo fato de haver empréstimos e financiamentos mais expressivos em 2010, onde faltava muitas prestações para o término, sendo que em 2013 as prestações estavam quase todas pagas.

O índice de liquidez geral inferior a 1 não significa que a cultura de cenoura estivesse com uma situação financeira ruim, pois as dívidas de longo prazo não são pagas logo, mas que o agricultor deve atentar-se para gerar recursos futuros para

poder liquidar suas dívidas. Os índices de liquidez corrente e liquidez geral da uva foram iguais pelo fato da uva não ter financiamentos e empréstimos a longo prazo.

5.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de duas culturas agrícolas com características distintas, tais como diferença de produtividade, de forma de plantio, de venda, de produção, de investimento, da mesma forma que instiga à comparação dos resultados de ambas culturas, torna-se dispendiosa pelas diferenças do desenvolvimento da cenoura e da uva.

Apesar da uva oferecer ao produtor melhor margem de contribuição por quilo vendido, a cenoura é o produto mais rentável em função de um hectare de lavoura. Em um hectare de terra é possível obter duas safras de cenoura ao ano, diferente da uva que apresenta apenas uma colheita durante o ano todo.

O investimento em uma parreiral é maior do que uma lavoura de cenoura. O retorno do investimento da cenoura é obtido praticamente no mesmo momento da safra, exceto pelos imobilizados que são necessários para o desenvolvimento da atividade. Em compensação, para a produção de uva além dos tratores e outros implementos agrícolas é preciso investimentos elevados para a construção de um parreiral.

Em função das oscilações de preço de mercado, aspectos climáticos e outros fatores que podem influenciar na produtividade e rentabilidade dos produtos agrícolas, não é possível afirmar que a cenoura sempre será o investimento mais rentável para o produtor rural. Além disso, uma análise em outras propriedades pode revelar resultados diferentes. O trabalho mesmo não resultando em uma resposta definitiva sobre qual o melhor produto para investir, originou outras ponderações.

As informações contábeis que auxiliam os usuários na compreensão dos resultados e da situação patrimonial de uma empresa, também são de grande valia para os agricultores. Elas demonstram o real e não o estimado resultado da propriedade. Como ferramenta gerencial, a contabilidade facilita a tomada de decisões pelos agricultores e colabora para um melhor controle das atividades que acontecem na propriedade e seus respectivos resultados.

É importante que o profissional da área contábil não conheça apenas somente os assuntos relacionados com a área contábil, mas que possua pleno conhecimento do ramo de atividade desenvolvida pelas entidades que presta serviço. Assim um profissional contábil preparado é aquele que possui domínio do seu campo de atuação mas também conheça as principais características e particularidades dos setores em que está envolvido.

6 CONCLUSÃO

Esta Monografia enfocou os custos e rentabilidade na atividade rural realizando um comparativo entre uma cultura temporária e uma cultura permanente. Através do estudo de caso em uma propriedade rural foi possível avaliar as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos na plantação de um hectare de cenoura e de um hectare de parreiral.

Ao falar de investimentos em ações, é comum ouvir a frase "quanto maior o risco, maior o retorno". A maioria das empresas industriais e comerciais apresentam lucros aproximados entre 10 e 15% das vendas realizadas. No estudo de caso, pode-se perceber que em boa parte das safras, o agricultor obteve índices bem acima deste percentual. Assim como investir em ações pode acarretar em grandes riscos, acontece na agricultura.

Os investimentos na área rural estão expostos a diversos riscos, tanto influenciados pelo mercado, como também em função do clima. Os preços dos produtos agrícolas não possuem estabilidade, o agricultor pode conseguir vender seus produtos com bons preços numa safra e na seguinte ocorrer uma queda significativa dos mesmos.

O clima também afeta os preços de mercado. Chuvas excessivas, frio fora de época e outros fatores climáticos podem diminuir a produtividade de certo produto, reduzindo a sua oferta no mercado, gerando o aumento seu preço. O produtor pode perder tudo ou boa parte do que plantou em função do clima. Muitas vezes o agricultor não consegue obter receitas suficientes para cobrir os gastos de uma safra, mas em outra pode conseguir lucros exorbitantes.

Na propriedade do estudo de caso, a cenoura apresentou-se mais rentável do que a uva. O retorno de investimento é mais rápido no cultivo de cenoura. A margem de contribuição do quilo da uva é maior do que o quilo da cenoura, entretanto a produtividade da cenoura é maior, fazendo com que a cenoura apresente uma maior margem de contribuição total.

Outra característica percebida no desenvolvimento deste trabalho foi que para atuar área contábil é necessário conhecer as atividades desenvolvidas nas empresas onde atua. No caso do estudo de caso, foi importante aprender como é desenvolvido o cultivo da cenoura, desde o preparo da terra até a colheita do

produto final, bem como funciona o preparo e o desenvolvimento de um parreiral e outras informações que concerne a atividade rural.

Um das limitações do estudo de caso, observada por Mascarenhas (2012), é não poder generalizar os resultados encontrados pelo fato da amostra estudada ser pequena. Assim, este estudo de caso foi importante para ser analisado dentro do contexto apresentado, mas as respostas encontradas não podem ser aplicadas para outras propriedades com as mesmas atividades desenvolvidas, devido a estas peculiaridades. Entretanto, o estudo pode estimular a outros agricultores à busca da contabilidade para auxiliar na tomada de decisão e controle dos seus negócios.

Por fim, cabe salientar que este trabalho não esgota as diversas possibilidades de análise de resultados na atividade rural. Para futuros estudos, sugere-se a comparação de culturas permanentes e temporárias, considerando a rotação de cultura, que acontece dentro das propriedades rurais para melhorar e viabilizar o plantio nas lavouras em safras seguintes; ou então um comparativo entre uma fruta ou horticultura cultivada em uma área coberta comparado com o mesmo produto cultivado numa área livre, sem a proteção da cultura.

REFERÊNCIAS

- ALOE, Armando; VALLE, Armando. **Contabilidade agrícola**. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 1981.
- ANDRADE, Maria Margarida de; MARTINS, João Alcino de Andrade. **Introdução a metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- ANTUNES, Luciano Medici; ENGEL, Arno. **Manual de administração rural: custos de produção**. 3. ed. rev. e ampl. Guaíba: Agropecuária, 1999.
- ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L6404consol.htm>>. Acesso em: 31 ago. 2013.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. Disponível em : <<https://ucsvirtual.uces.br>>. Acesso em: 02 jun. 2013.
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- CONAB. **Custos de produção agrícola: A metodologia da Conab**. Brasília, 2010.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade rural: uma abordagem decisória**. 4.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2006.
- _____. **Contabilidade rural: uma abordagem decisória**. 5.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2009.
- _____. **Curso básico de Contabilidade de custos**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- CTENAS, Maria Luiza de Brito; CTENAS, André Constantin; QUAST, Dietrich. **Frutas das terras brasileiras**. São Paulo: 2000.
- FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- GRECO, Alvisio Lahorgue; AREND, Lauro Roberto; GARTNER, Günther. **Contabilidade: teoria e prática básicas**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades**. São Paulo: Atlas, 2010.

LEONE, George Sebastião Guerra. **Curso de contabilidade de custos**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Custos: planejamento, implantação e controle**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

LOPES DE SÁ, Antônio. **História geral e das doutrinas da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

_____. **Teoria da Contabilidade**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LORENZI, Harri et al. **Frutas brasileiras e exóticas cultivadas: de consumo *in natura***. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2006.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Contabilidade rural: Contabilidade agrícola, Contabilidade da pecuária, imposto de renda pessoa jurídica**. 12.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Que sorte: a Contabilidade não é uma ciência exata**. Temática Contábil e de Balanços. São Paulo: IOB - Informações Objetivas, Boletim nº 11, 1994.

MASCARENHAS, Sidnei Augusto. **Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012. Disponível em : <<https://ucsvirtual.ucs.br>>. Acesso em: 02 jun. 2013.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem gerencial**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MIELE, Alberto et al. **Uvas Americanas e Híbridas para Processamento em Clima Temperado**. Embrapa Clima Temperado, versão eletrônica. Pelotas, jan. 2003. Disponível em: <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Uva/UvaAmericanaHibridaClimaTemperado/index.htm>>. Acesso em: 02 out. 2013.

NEPOMUCENO FILHO, Fernando. **Contabilidade rural e seus custos de produção**. São Paulo: Thomson IOB, 2004.

OLIVEIRA, Luís Martins de; PEREZ JÚNIOR, José Hernandez. **Contabilidade de custos para não contadores**. São Paulo: Atlas, 2000.

OLIVEIRA, Neuza Corte de. **Contabilidade do agronegócio: teoria e prática**. 2.ed. Curitiba: Juruá, 2012.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Curso básico gerencial de custos**. São Paulo: Thomson, 2003.

_____. **Manual de Contabilidade básica: Contabilidade introdutória e intermediária: texto e exercícios**. 7.ed. atual. São Paulo: Atlas, 2009.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BENEDICTO, Gideon Carvalho de. **Análise das demonstrações financeiras**. 3.ed. rev. e ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2011

POMMER, Celso Valdevino. **Uva: tecnologia de produção, pós-colheita, mercado**. Porto Alegre: Cinco Continentes, 2003.

RECH, Ilirio José; CUNHA, Moisés Ferreira da. **Análise das taxas de desconto aplicáveis na mensuração dos ativos biológicos a valor justo**. São Paulo: Anais Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2011.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade básica fácil**. 27.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. **Demonstrações financeiras: mudanças na lei das sociedades por ações : como era e como ficou**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3.ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, Aldenir Ortiz et al. **Contabilidade Rural**. 2.ed. São Paulo: IOB, 2012.

SAMANEZ, Carlos Patricio. **Gestão de investimentos e geração de valor**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

SANTOS, Joel José dos. **Análise de custos: remodelado com ênfase para custo marginal, relatórios e estudos de casos**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SEBRAE; Embrapa Hortaliças. **Catálogo Brasileiro de Hortaliças: Saiba como plantar e aproveitar 50 das espécies mais comercializados no País**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/setor/horticultura>>. Acesso em: 02 out. 2013.

SEPLAG . **Atlas Socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br/atlas/default.asp>>. Acesso em: 10 out. 2013.

SOUZA, Antonio Francisco et al. **Cenoura (*Daucus carota*)**. Embrapa Clima Temperado, versão eletrônica. Pelotas, v. 5, jun. 2008. Disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Cenoura/Cenoura_Daucus_Carota/apresentacao.html>. Acesso em: 02 out. 2013.

SOUZA, Jaiany Viana de et al. **Perfil dos artigos sobre agronegócio publicados nos periódicos de Contabilidade com estrato Capes**. Revista ConTexto, Porto Alegre, v. 12, n. 22, 2º semestre 2012.

VILELA, Nirlene Junqueira; BORGES, Igor Oriegenes. **Retrospectiva e situação atual da cenoura no Brasil**. Embrapa Hortaliças, Circular Técnica 59. Brasília, jun. 2008.

VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez; NEVES, Silvério das. **Contabilidade de custos: um enfoque direto e objetivo**. 7.ed.rev.ampl. São Paulo: Frase, 2003.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

WIDONSCK, Carlos Alberto et al. **Agronegócio no Brasil: uma perspectiva financeira**. São Paulo: Saint Paul Editora, 2009.

APÊNDICE A - BALANÇOS PATRIMONIAIS CENOURA

BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO CENOURA 2010			
ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE	44.186,70	PASSIVO CIRCULANTE	29.240,00
Caixa e seus Equivalentes	32.186,70	Fornecedores	5.000,00
Créditos	12.000,00	Empréstimos e Financiamentos	24.240,00
Clientes	12.000,00	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	64.640,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	181.147,60	Empréstimos e Financiamentos	64.640,00
Imobilizado	184.158,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	131.454,30
(-) Dep. Imobilizado	(3.010,40)	Capital Social	100.000,00
		Lucros das Safras	31.454,30
TOTAL DO ATIVO	225.334,30	TOTAL DO PASSIVO	225.334,30

BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO CENOURA 2011			
ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE	45.426,40	PASSIVO CIRCULANTE	32.240,00
Caixa e seus Equivalentes	28.426,40	Fornecedores	8.000,00
Créditos	17.000,00	Empréstimos e Financiamentos	24.240,00
Clientes	17.000,00	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	40.400,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	178.264,73	Empréstimos e Financiamentos	40.400,00
Imobilizado	184.158,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	151.051,13
(-) Dep. Imobilizado	(5.893,27)	Capital Social	120.000,00
		Lucros das Safras	31.051,13
TOTAL DO ATIVO	223.691,13	TOTAL DO PASSIVO	223.691,13

BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO CENOURA 2012			
ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE	49.141,00	PASSIVO CIRCULANTE	34.240,00
Caixa e seus Equivalentes	28.141,00	Fornecedores	10.000,00
Créditos	21.000,00	Empréstimos e Financiamentos	24.240,00
Clientes	21.000,00	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	16.160,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	175.254,33	Empréstimos e Financiamentos	16.160,00
Imobilizado	184.158,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	173.995,33
(-) Dep. Imobilizado	(8.903,67)	Capital Social	140.000,00
		Lucros das Safras	33.995,33
TOTAL DO ATIVO	224.395,33	TOTAL DO PASSIVO	224.395,33

BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO CENOURA 2013			
ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE	65.660,02	PASSIVO CIRCULANTE	25.160,00
Caixa e seus Equivalentes	40.660,02	Fornecedores	9.000,00
Créditos	25.000,00	Empréstimos e Financiamentos	16.160,00
Clientes	25.000,00	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	172.371,46	Empréstimos e Financiamentos	0,00
Imobilizado	184.158,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	212.871,48
(-) Dep. Imobilizado	(11.786,54)	Capital Social	160.000,00
		Lucros das Safras	52.871,48
TOTAL DO ATIVO	238.031,48	TOTAL DO PASSIVO	238.031,48

Fonte: Produção do autor

APÊNDICE B - BALANÇOS PATRIMONIAIS UVA

BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO UVA 2010			
ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE	60.894,00	PASSIVO CIRCULANTE	35.000,00
Caixa e seus Equivalentes	9.815,00	Fornecedores	35.000,00
Cultura Permanente em Formação	51.079,00		
ATIVO NÃO CIRCULANTE	74.106,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	100.000,00
Imobilizado	74.106,00	Capital Social	100.000,00
TOTAL DO ATIVO	135.000,00	TOTAL DO PASSIVO	135.000,00

BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO UVA 2011			
ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE	125.894,00	PASSIVO CIRCULANTE	20.000,00
Caixa e seus Equivalentes	25.910,40	Fornecedores	20.000,00
Cultura Permanente em Formação	99.983,60		
ATIVO NÃO CIRCULANTE	74.106,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	180.000,00
Imobilizado	74.106,00	Capital Social	180.000,00
TOTAL DO ATIVO	200.000,00	TOTAL DO PASSIVO	200.000,00

BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO UVA 2012			
ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE	34.081,65	PASSIVO CIRCULANTE	12.000,00
Caixa e seus Equivalentes	8.081,65	Fornecedores	12.000,00
Créditos	26.000,00		
Clientes	26.000,00		
ATIVO NÃO CIRCULANTE	164.951,82	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	187.033,47
Imobilizado	164.951,82	Capital Social	180.000,00
Bens e Implementos Agrícolas	74.106,00	Lucros da Safra	7.033,47
(-)Depreciação Bens/Impl.	(1.060,60)		
Cultura Permanente Formada	99.983,60		
(-)Depreciação Cultura Formada	(8.077,18)		
TOTAL DO ATIVO	199.033,47	TOTAL DO PASSIVO	199.033,47

BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO UVA 2013			
ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE	52.580,68	PASSIVO CIRCULANTE	9.000,00
Caixa e seus Equivalentes	10.580,68	Fornecedores	9.000,00
Créditos	42.000,00		
Clientes	42.000,00		
ATIVO NÃO CIRCULANTE	155.814,04	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	199.394,72
Imobilizado	155.814,04	Capital Social	180.000,00
Bens e Implementos Agrícolas	74.106,00	Lucros da Safra	19.394,72
(-)Depreciação Bens/Impl.	(2.121,20)		
Cultura Permanente Formada	99.983,60		
(-)Depreciação Cultura Formada	(16.154,36)		
TOTAL DO ATIVO	208.394,72	TOTAL DO PASSIVO	208.394,72

Fonte: Produção do autor